

EDITORIAL

O Curso de Ciências Econômica da FAE Centro Universitário apresenta a edição de setembro de 2017 da revista eletrônica mensal *Vitrine da Conjuntura*. Nela estão contidas as partes fixas, especificamente o Panorama Econômico e os Indicadores, e expostos três artigos que discutem os rumos da economia brasileira.

O primeiro texto, em alusão ao Dia do Economista, comemorado em 13 de agosto de 2017, destaca a ausência do debate de questões ligadas ao planejamento do desenvolvimento de longo prazo do País.

A segunda incursão reúne elementos relevantes acerca do cuidado necessário para a análise das estatísticas econômicas, na preocupação de auxiliar, em vez de prejudicar, a tomada de decisões dos agentes.

A terceira abordagem reúne um breve estudo exploratório, abarcando a definição e avaliação das rotas a serem percorridas pela nação para superar os percalços conjunturais, ligar os motores da máquina produtiva e sincronizar as marchas na direção da esperada retomada sustentada do crescimento.

Ótima leitura a todos.

Gilmar Mendes Lourenço

Editor.

Equipe Técnica



Carlos Ilton Cleto

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Gilmar Mendes Lourenço

Economista, mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Rafael Polay Alcântara

Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da FAE.

ECONOMISTAS: CADÊ O DEBATE DE LONGO PRAZO?

Gilmar Mendes Lourenço

O dia 13 de agosto marca o aniversário de regulamentação (lei 1.411 de 1951) das atividades do profissional de Economia, elemento integrante da categoria que ostenta a melhor e mais adequada preparação para o exercício de ações voltadas ao planejamento de longo prazo das posições e intervenções de unidades familiares, empresariais e governamentais.

Dotado de “olhos de águia”, o Economista empenha-se primordialmente na busca do estabelecimento de referências futuras para as escolhas e decisões estratégicas, realizadas pelos diferentes atores participantes do espetáculo das relações humanas, ou, em outros termos, no cálculo e avaliação das chances de êxito de empreendimentos específicos ou da própria gestão macroeconômica da nação.

Por essa ordem de compreensão da função social deste profissional, é no mínimo curioso constatar, em meio a mais intensa e prolongada recessão da história brasileira e ao aprofundamento da mais grave crise política da república, a exacerbação das atenções dos economistas com o comportamento das variáveis de estabilização, em detrimento do exame dos parâmetros definidores do crescimento econômico de longo prazo.

Recorde-se que a instabilidade política abarca desde a proliferação de escândalos de corrupção que dilaceraram o patrimônio público, investigados pela operação Lava Jato (LJ), até os episódios de absolvição da chapa Dilma/Temer, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da acusação de utilização de recursos de caixa dois, na campanha de 2014, e rejeição, pelo Congresso Nacional (e não envio ao Supremo Tribunal Federal), da denúncia de crime de corrupção passiva, movida contra o presidente Temer, pela Procuradoria Geral da República.

A salvação temporária do chefe de estado, escorada em 263 votos conseguidos na câmara dos deputados, no começo de agosto de 2017, reflete a sintonia entre desalento da população, fora das ruas e sem painelas; dissimulação dos mercados, esperançosos na reativação da economia; e desejo do legislativo de escape da LJ e continuidade de participação nas farras de cargos e verbas oficiais.

É inegável que a observação e compreensão dos movimentos conjunturais, particularmente da inflação e juros, especialmente com registros cadentes, revelam-se cruciais para o delineamento de cenários de recomposição do poder de compra dos consumidores e restauração do fôlego das companhias, imprescindíveis ao retorno do giro da roda das transações e, mais adiante, à multiplicação e diversificação da potencial de geração de renda e emprego do sistema.

No entanto, salta aos olhos a natureza excessiva das preocupações da classe com os resultados exibidos pelos quadros financeiros das organizações públicas e privadas, explicativos das tendências de curto prazo, em paralelo à ausência de esforços na confecção de retratos que articulem os aspectos essenciais à pavimentação dos caminhos de recuperação econômica sustentada.

Na verdade, constata-se a rendição dos meios especializados a posturas superficiais, centradas, na melhor das hipóteses, no encaminhamento de discussões de questões acessórias, conveniente ao atendimento dos pleitos e interesses dos segmentos dominantes das alianças hegemônicas de poder e, por extensão, a manutenção de um *status quo* destituído de forma e conteúdo propícios ao desencadeamento de círculos virtuosos direcionados à ampliação de oportunidades e conquista de progressos sociais.

Nesse contexto, as entidades de classe, que outrora funcionavam como verdadeiras caixas de ressonância das manifestações coletivas, no estágio atual, atingidas por distúrbios de identidade ou, em certos casos, depressão ideológica, vem emitindo sinais concretos de abdicação da missão de organização de debates propositivos acerca da pauta política e econômica do País.

Em vez de capitanearem a feitura de abrangentes diálogos técnicos, acompanhados da produção de propostas relacionadas às reformas institucionais e à retomada das privatizações, imprescindíveis ao resgate da eficiência do Estado e da microeconomia nacional e a produção de excedentes fiscais para a maximização de inversões em infraestrutura física e científica e tecnológica, aqueles organismos preferem inserções mais cômodas.

Dentre elas sobressai a escalação de quadros de interação com veículos de comunicação, visando a nobre composição de opinião a respeito das variações de preços do pão, gasolina, carne e da tarifa de água, e do potencial construtivo de arenas privadas, além de participações consultivas no campo das finanças pessoais, com ênfase para as costumeiras recomendações de fuga do crediário e realização de pesquisas e pechinchas.

Para tanto, as instâncias de representação contam com a valiosa colaboração das instituições de ensino superior, sobretudo das escolas de negócios, frequentemente atentas aos espirros e humores dos mercados, que, aliás, na maioria das vezes, exprimem diminuta aderência aos requisitos de formação de entes providos de consciência cidadã.

Não poucas entidades encarregadas da montagem de times de terceiro grau, algumas consideradas de primeira linha, priorizam fachadas e desprezam o cerne da constituição acadêmica.

Não poucas entidades encarregadas da montagem de times de terceiro grau, algumas consideradas de primeira linha, priorizam fachadas e desprezam o cerne da constituição acadêmica, evento evidenciado por mutilações das matrizes curriculares, em consonância com o caráter imediatista e volátil das demandas explicitadas pela clientela, incluindo a maquiagem de disciplinas para atendimento de anseios comerciais, e o uso da “camisa de força” representada pelas expectativas com o desempenho discente no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

Apenas a título de exemplo das incursões meramente cosméticas dos responsáveis pelo ensino superior no Brasil, em tempos de premência de formulação de um novo pacto federativo, direcionada à minimização das desigualdades na apropriação espacial do produto social, é fácil perceber pronunciada inclinação de eliminação de abordagens regionais.

Para tristeza dos neoclássicos, os redutos dedicados à pesquisa e aplicação dos componentes geográficos da ciência econômica tendem ao desaparecimento por aqui.

Ademais, seria ocioso lembrar que, para um País com dimensões continentais, a obtenção de sucesso na perseguição de melhor distribuição de renda repousa na conjugação entre controle da inflação e expansão dos patamares de atividade. A urgente modificação desse jogo sonolento depende do despertar de entidades de representação profissional e da academia.

Até porque, as cabeças de planilhas precisam ser estimuladas a enveredarem, com arrojo, na edificação de conhecimentos plurais e críticos, amparada no salutar confronto de ideias e cotejo de opiniões, em clima de multidisciplinaridade, capaz de abarcar áreas relevantes que tangenciam a Economia.

PRUDÊNCIA NA INTERPRETAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS

Gilmar Mendes Lourenço

Meios especializados e formadores de opinião vêm demonstrando flagrante precipitação na interpretação das estatísticas e indicadores econômicos, ancorada na produção de mensagens exageradamente otimistas acerca do cenário de curto prazo da economia nacional, contaminadas pelo indisfarçável desejo de fim da recessão e início da recuperação dos negócios.

De fato, a cesta de dados preliminares, relativa ao segundo trimestre de 2017, permite o diagnóstico de que performance dos níveis de atividade teria superado as expectativas, constituídas predominantemente pelas apostas negativas associadas à intensificação da instabilidade política - deflagrada com o vazamento, em 17 de maio, do diálogo, às escondidas, acontecido entre o dirigente do grupo JBS, Joesley Batista, e o presidente da república, no Palácio do Jaburu - e a economia do País estaria bafejada por um estágio de reativação e descolada das turbulências brotadas de Brasília.

Na visão dos mercados, a gravidade dos indícios de corrupção passiva, contidos no episódio envolvendo o chefe de estado e aquele empresário, e denunciados pela Procuradoria Geral da República (PGR), carregava fortes chances de acarretar perda de controle da orientação macroeconômica, retorno da situação de contração da produção e do emprego e, por extensão, reversão da tendência de recuperação da confiança dos agentes, esboçada desde o começo do ano.

Mas os prognósticos de aborto da inversão da situação recessiva não se confirmaram por conta da combinação de dois fatores. De um lado, emergiu o panorama virtuoso da economia global, marcado por reação generalizada, embora moderada, potencializado, no plano doméstico, pela desinflação, ainda fortemente determinada pela depressão da demanda, e o ciclo de corte dos juros primários, promovido pelo Banco Central (BC), que caíram de 14,25% ao ano, em outubro de 2016, para 9,25% a.a., em julho de 2017, e representaram razoável alívio ao endividamento de famílias e empresas.

De outro extremo, surgiu a influência do acentuado conservadorismo implícito nas decisões do judiciário e legislativo, supostamente centrado na preservação da estabilidade institucional, retratado na absolvição, em junho de 2017, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da chapa Dilma-Temer, da acusação de abuso de poder econômico na campanha eleitoral de 2014, e no arquivamento, em agosto de 2017, pela câmara dos deputados, da denúncia da PGR antes referida.

Nessas condições, as principais variáveis explicativas da evolução do cotidiano econômico mantiveram comportamento ascendente, entre abril e junho de 2017, ainda que em ritmo inferior ao registrado no intervalo janeiro-março, amparado nos efeitos irradiadores do agronegócio exportador, à montante (insumos, máquinas, equipamento e veículos) e à jusante (comércio e serviços), e na utilização das enormes margens de ociosidade, acumuladas durante a fase de retração, com duração de cerca de três anos.

Mais precisamente, o índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br), prévia do produto interno bruto (PIB), cresceu 1,21% e 0,25%, no primeiro e segundo trimestre do ano, respectivamente, contra os três meses imediatamente anteriores. Por essa mesma referência de cotejo, o volume de serviços prestados variou -0,3% e 0,3%, respectivamente. Já a produção industrial aumentou 1,0% e 0,2%, nos dois trimestres iniciais de 2017, em relação aos lapsos de tempo do ano anterior.

No entanto, os detentores do poder de análise e comunicação, mergulhados em apreciações parciais e superficiais e equívocos conceituais, têm negligenciado a natureza frágil da suposta reação das transações, sustentada em elementos de fôlego curto, que careceriam de

Os detentores do poder de análise e comunicação têm negligenciado a natureza frágil da suposta reação das transações.

substituição por vigas mestras fincadas na estrutura do ajuste fiscal de longo prazo, dependente da ação de um congresso nacional preocupado apenas com o erguimento de barricadas contra os ataques da Lava Jato e a perpetuação no poder.

Em contraposição à retórica de que a troca de comando político do País, em 2016, ensejaria a restauração da confiança e, por consequência, a formação de um ambiente de retomada puxado pelo investimento, o que se vê, em condições de elevada capacidade ociosa, é a forte probabilidade de ocorrência de empuxe do consumo, explicado pelos efeitos da contínua diminuição da inflação, particularmente, a recomposição do poder de compra da população.

Em não poucos casos, os holofotes permitem a observação de verdadeiros ilusionistas, encarregados da omissão de fatos relevantes, como a diminuição, no primeiro semestre de 2017, de -0,11% do IBC-Br e de -4,1% nos serviços (-4,7%, no primeiro trimestre, e -3,6%, no segundo, frente a idêntico período de 2016), segmento responsável por 73,3% do PIB.

Outra postura distorcida compreende o destaque dedicado à subida da confiança do empresário industrial e do comércio, constatada no mês de agosto, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Confederação Nacional do Comércio, depois das quedas acontecidas em junho e julho, e a omissão da regressão das perspectivas de consumo, mensurada pela CNC, também para o mês de agosto, após quatro altas seguidas, retornado aos níveis de março de 2017.

Considerando que as despesas de consumo das famílias representam 64,0% do PIB, em circunstâncias de apreciáveis patamares de desemprego, endividamento e inadimplência, seria no mínimo ingênuo desprezar a evidência de que, após a liberação do internamento da unidade de terapia intensiva, imposto pela recessão, o organismo econômico brasileiro requererá razoável tempo de acompanhamento especializado, até conquistar a plena recuperação, preferencialmente distante dos olhares dos doutores da política, empenhados na viabilização do deslocamento de R\$ 3,6 bilhões dos cofres do tesouro nacional para a cobertura financeira do evento eleitoral de 2018.

BRASIL: MARCHAS PARA O ALCANCE DO DESENVOLVIMENTO

Gilmar Mendes Lourenço

Apesar de díspares, as estatísticas disponíveis permitem a confecção do diagnóstico de que a economia brasileira estaria, de maneira vagarosa, escapando de uma etapa de pronunciada contração da produção e dos negócios, com duração de três anos, e ingressando num ciclo de estagnação dos níveis de atividade.

Aliás, tal episódio deve ser interpretado como absolutamente normal em sistemas capitalistas que desprezaram a recuperação do investimento, por conta da ativação de matrizes políticas voltadas à perpetuação no poder e, o que é mais grave, à abdicação da tarefa de governar, mesmo que ao preço da quebra do estado.

Prova disso é que o produto interno bruto (PIB) contabilizou variação zero no primeiro semestre de 2017 e os principais indicadores de consumo permanecem rastejando. O volume dos serviços encolheu -4,1% no período e o de vendas do comércio de varejo cresceu apenas 0,3%, contra retração de -8,1%, entre janeiro e junho do ano passado, puxado pela performance positiva de somente três, dos dez ramos acompanhados por pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São eles: eletrodomésticos; tecidos, vestuário e calçados; e material de construção.

Com respeito aos indicadores industriais, apurados mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), verificou-se contração generalizada entre janeiro e agosto de 2017, em confronto com igual intervalo de 2016, especificamente faturamento real (-5,0%), emprego (-3,7%), horas trabalhadas na produção (-3,3%) e massa salarial real (-3,0%).

Por essa ordem de raciocínio, é fácil perceber que empreitadas de retomada sustentada do crescimento exigirão esforços coletivos nada desprezíveis, concentrados em reparos das apreciáveis avarias provocadas pelo emprego, durante decênio e meio, de estratégias macroeconômicas populistas, focadas no imediatismo dos resultados eleitorais, amparadas em medidas de estímulo ao consumo desenfreado, lideradas por crédito abundante, porém caro; entrada de recursos externos, associada ao bônus global das commodities; e irresponsabilidade fiscal.

A utilização inadequada do arsenal econômico, meticulosamente planejada pelas autoridades, inclusive com maquiagens nas finanças públicas e radicalização da concessão de financiamentos subsidiados a grupos empresariais dirigidos por “amigos do rei e da rainha”, conhecidos como campeões nacionais (só se for de competição de quarta divisão), logrou êxito na produção de uma enorme crise de endividamento público e privado (consumidores e empresas).

Ao contrário da esmagadora maioria dos eventos de instabilidade, que atingiram a nação ao longo de sua história, desta feita a motivação dos embaraços não repousa nos desequilíbrios nas transações correntes do balanço de pagamentos que, por sinal, despencaram de -US\$ 104,2 bilhões, em 2014, ou 4,2% do produto interno bruto (PIB), para -US\$ 13,8 bilhões, em julho de 2017 (em doze meses), ou 0,7% do PIB, devido à combinação entre reação moderada, mas generalizada, da economia internacional, depreciação do real e recessão doméstica.

De fato, o desmanche da recessão, a superação da estagnação e o alcance de fases de recuperação da capacidade expansiva do País impõe a operação harmônica do organismo econômico, semelhante à ligação do motor e ao engate das marchas de um veículo, preferencialmente sem arranhões, descuidos com a embreagem e velocidade excessiva.

O funcionamento da máquina e o imediato engate da primeira marcha correspondem ao controle da inflação, condição essencial para o alargamento do horizonte temporal de previsibilidade no cálculo econômico, facilitando a programação de gastos das famílias e a definição e execução dos planos de inversões em aumento e modernização da capacidade produtiva das companhias.

As mensagens são bastante positivas nesse campo. A depressão na demanda doméstica, a acomodação do câmbio e a supersafra de grãos - estimada em 242,1 milhões de toneladas, pelo IBGE, representando acréscimo de 31,1% em relação ao volume colhido em 2016 - oportunizou declínio expressivo e consistente das tensões de preços.

Assim, o índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), calculado pelo IBGE para mensurar a variação de preços de um conjunto de produtos consumidos por famílias que possuem renda mensal entre um e quarenta salários mínimos e referência para o regime de metas, acusou elevação de 2,71% em doze meses findos em julho de 2017, a menor desde fevereiro de 1999 (2,24%), ficando abaixo do piso da intenção de 3% ao ano, fixado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O êxito na contenção inflacionária ensejou a troca para a segunda marcha, a partir de fins de 2016, quando o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), iniciou um estágio de corte dos juros primários, chamados Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), que recuaram de 14,25% a.a., em outubro de 2016, para 9,25% a.a., em julho de 2017.

No entanto, a regressão dos juros tem ocorrido em ritmo inferior à da inflação e não vem sendo transferida de maneira linear para o preço final do dinheiro, devido, de um lado, ao expressivo grau de concentração bancária – quatro instituições (duas públicas e duas privadas) detêm mais de 70% dos ativos – e, de outro, à continuidade da impulsão da dívida pública, que transforma o governo, notadamente o desnível fiscal e financeiro nas diferentes instâncias, no principal obstáculo ao ajustamento macroeconômico.

Isso é particularmente preocupante, em razão do ínfimo peso do mercado de capitais brasileiro, expresso na desprezível participação das empresas na Bolsa vis a vis outras fronteiras da globalização, o que limita a captação de recursos alternativamente à fonte representada pelo crédito bancário que, diante da necessidade de suprimento da voracidade governamental, é reconhecidamente caro. (tabela 1).

TABELA 1 – VALOR DAS EMPRESAS EM BOLSA, SEGUNDO PRINCIPAIS PAÍSES – 2016	
PAÍSES	VALOR EM BOLSA (% DO PIB)
Estados Unidos	139
Austrália	89
Coréia do Sul	89
Tailândia	88
Chile	79
China	74
Índia	72
Irlanda	45
México	35
Peru	30
Rússia	29
Brasil	28
Turquia	26
Argentina	10

FORNE: ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT

Uma observação mais abrangente da dinâmica das ocupações revela situação ainda preocupante quando ao desemprego.

A terceira marcha engloba o reerguimento do mercado de trabalho, embora beneficiando mais homens e profissionais com maior nível de escolaridade. Conforme levantamentos do Ministério do Trabalho, o emprego com carteira assinada vem apresentando números positivos desde abril de 2017. Houve a criação líquida de 35,9 mil vagas formais, no mês de julho, sendo que a construção civil, ao registrar acréscimo de 724 postos, exibiu o primeiro desempenho favorável desde setembro de 2014 (8.437). Entre janeiro e julho de 2017, houve a abertura de 71 mil vagas, contra fechamento líquido de 644,3 mil postos, no mesmo intervalo de 2016.

Contudo, uma observação mais abrangente da dinâmica das ocupações, propiciada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, efetuada pelo IBGE, revela situação ainda preocupante quando ao desemprego. A taxa de desocupação caiu de 13,7% da população economicamente

ativa (PEA), entre janeiro e março de 2017, para 12,8% da PEA, no trimestre móvel encerrado em julho de 2017, mas subiu em relação ao intervalo maio-julho de 2016, quando atingiu 11,6% da PEA. Em volume, estima-se que 13,3 milhões de brasileiros estariam sem emprego e à procura de trabalho.

A estabilização do rendimento médio mensal das pessoas empregadas, derivada da contração da inflação, não ostenta o poder de catapultar o consumo, também debilitado pela explosão do endividamento e da inadimplência. Sondagem da Confederação Nacional do Comércio (CNC) denotou subida do passivo das famílias entre junho e julho de 2017, passando de 56,4% para 57,1% do total (que mencionou ter algum tipo de dívida).

A CNC mostrou que, mesmo com o uso de parte dos R\$ 44 bilhões da liberação das contas inativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para a liquidação ou amortização de dívidas, 24,2% dos brasileiros indicaram estar com contas atrasadas, em média de 65 dias, contra 24,3%, em junho de 2017, e 22,9%, em julho de 2016, e 9,4% não dispõem de condições para quitação dos débitos. Ademais, 76,9% possuem dívidas na modalidade mais cara de financiamento, expressa no cartão de crédito, que cobra 399,1% a.a., segundo o BC, mesmo depois das alterações de regras que impedem a permanência do mutuário na categoria rotativo por mais de 30 dias.

A despeito da ocorrência de frequentes engasgos na aceleração, enroscadas nas mudanças e insuficiente giro do motor, o uso das três marchas tem sido ao menos percebido.

Na verdade, a precariedade dos trajetos aparece nas tentativas de realização das outras trocas, dependentes de complexas amarrações políticas e da formulação de um projeto de longo prazo para nação. Decerto, trata-se de objetivos inalcançáveis se forem perseguidos por meio de ações de um executivo fraco e, o que é pior, refém do legislativo mais corrupto da vida republicana.

Pesquisa efetuada pelo Instituto Ipsos, em julho de 2017, revelou que 94% dos detentores de mandato não representariam os interesses da sociedade brasileira. A desaprovação popular se estende a membros do judiciário, com notoriedade para Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), cuja conduta é reprovada por 67% das pessoas entrevistadas.

Há cerca de quatro décadas, o atleta do século 20 e maior jogador de futebol de todos os tempos, Edson Arantes do Nascimento, Pelé, sofreu severa marginalização por declarar que o brasileiro não sabia votar, quando indagado a respeito da decisão das administrações militares de eliminar os pleitos diretos para cargos do executivo.

Em setembro de 1993, o ex-sindicalista Lula foi blindado por um exército de simpatizantes - começando por intelectuais de esquerda, passando por empresários e cientistas políticos e chegando aos comunicadores e formadores de opinião - e brindado com uma música do grupo "Paralamas do Sucesso", depois de afirmar que no congresso haveria uma maioria de 300 picaretas. Por não saber fazer contas, mesmo tendo ocupado cadeira naquela casa de leis, Lula subdimensionou o plantel de desonestos por lá hospedado.

Em sentido análogo, em comício realizado no Rio de Janeiro, durante a campanha eleitoral de 2010, Lula afirmou que "votar no Sérgio Cabral é quase uma obrigação moral, ética, política, é um compromisso de honra, porque esse homem já provou que é um homem de bem".

Nessa linha, a quarta marcha está, na melhora das hipóteses, emperrada. Ela reuniria o grupo de reformas institucionais, imprescindíveis à restauração do equilíbrio estrutural das finanças e da solvência do setor público, além da elevação da eficiência da microeconomia nacional, combatida pela crônica compressão do poder de inversão do governo e a subida do custo Brasil, derivada da conjugação entre progressão da cunha tributária e deterioração da infraestrutura.

A conquista do reequilíbrio das contas públicas no Brasil, condição indispensável à retomada sustentada do crescimento de longo prazo, está ficando cada vez mais fora do alcance dos radares das autoridades econômicas. A vitrine do processo expõe as projeções de estouro da meta de déficit primário, estimada em -R\$ 139,0 bilhões, para 2017, e -R\$ 129,0 bilhões, para 2018, e alterada para -R\$ 159,0 bilhões, para ambos os períodos. A modificação deverá constar do projeto do orçamento, a ser encaminhado pelo ministério da fazenda, ao congresso nacional.

Essencialmente, o esperado sucesso na aplicação do teto de variação dos dispêndios primários da união, com base na espiral de preços do ano anterior, com validade de vinte anos, a contar de 2017, foi anulado pelo extraordinário refluxo da curva de preços. Em outros termos, a inflação corrente inferior à pretérita fragilizou o fluxo de caixa do governo.

A arrecadação federal derrubou as previsões otimistas em razão dos efeitos da intensa e longa recessão e da frustração de outros ingressos.

Para piorar o quadro, a arrecadação federal derrubou as previsões otimistas, ao acusar acréscimo real de apenas 0,6%, nos primeiros sete meses do ano, em razão dos efeitos da intensa e longa recessão e da frustração de outros ingressos com o retorno da oneração da folha de salários, para alguns segmentos empresariais, e o parcelamento de dívidas junto à união (Refis).

De fato, o panorama das finanças públicas mostra-se caótico. De acordo com o Banco Central (BC), em doze meses encerrados em julho deste exercício, o desnível primário estava em -R\$ 170,5 bilhões, equivalendo a 2,7% do PIB, o nominal (que inclui os juros da dívida) perfazia -R\$ 598,7 bilhões, 9,4% do PIB, e as dívidas líquida e bruta (agregando governo federal, INSS, estados e municípios) do setor público

somavam R\$ 3,206 trilhões, 50,1% do PIB, e R\$ 4,722 trilhões, 73,8% do PIB, respectivamente.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que o endividamento bruto público nacional alcance 81,2% do PIB, no final do ano, versus 48,5% da média dos emergentes. Já a Instituição Fiscal Independente, ligada ao senado da república, prevê que chegue a 92,4% em 2023.

Um complicador adicional diz respeito às circunstâncias que asseguraram a permanência do chefe de estado no cargo, sintetizadas na rejeição (por maioria de 263 dos 513 votos), em agosto de 2017, da continuidade das investigações, pelo STF, da acusação de corrupção passiva movida contra o mandatário do País, pela Procuradoria Geral da República (PGR).

Mais precisamente, beneficiado pela apatia da população, oportunismo corporativo e participação crucial de parte da banda podre da política brasileira, o episódio “Michel Temer, fique mais um pouquinho, você é admirável e o auditório é formidável”, lembrando música do programa Sílvio Santos, dos anos 1970, serviu para subtrair a já escassa legitimidade do congresso, no encaminhamento das modificações estruturais, em especial aquelas que envolvem o aparato previdenciário e tributário, cuja aprovação das respectivas emendas constitucionais requereria a obtenção de 308 votos no parlamento.

Frise-se que o colapso fiscal se restringe ao governo federal e algumas unidades federadas, precisamente Roraima, Tocantins, Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que contabilizaram déficit primário em relação à receita corrente líquida (RCL) de, respectivamente, -2,1%, -2,4%, -0,5%, -2,0%, -2,3%, -5,8% e -1,4%, em doze meses até junho de 2017 (tabela 2).

O episódio “Michel Temer, fique mais um pouquinho, você é admirável e o auditório é formidável”, serviu para subtrair a já escassa legitimidade do congresso.

TABELA 2 - BRASIL – ESTATÍSTICAS FISCAIS REGIONAIS* – JULHO/2017 (% da receita corrente líquida)

REGIÃO/ESTADO	Dívida líquida	Necessidades de financiamento – Acumulado em 12 meses		
		Primário	Juros nominais	Nominal
NORTE	14,7	-1,6	1,0	-0,6
Acre	50,3	-7,4	3,1	-4,3
Amazonas	24,0	-2,2	1,6	-0,6
Amapá	16,3	-1,1	1,5	0,4
Pará	0,6	-1,3	0,4	-0,9
Rondônia	25,6	-4,2	0,6	-3,6
Roraima	2,7	2,1	0,4	2,4
Tocantins	17,4	2,4	1,3	3,7
NORDESTE	23,3	-2,0	1,4	-0,6
Alagoas	47,3	-2,5	5,0	2,5
Bahia	25,7	0,5	1,1	1,6
Ceará	17,4	-4,3	1,2	-3,0
Maranhão	19,1	-2,5	1,4	-1,1
Paraíba	16,4	-4,0	0,8	-3,2
Pernambuco	25,8	-3,3	1,5	-1,9
Piauí	17,6	-0,8	1,1	0,3
Rio Grande do Norte	4,3	-1,0	0,3	-0,7
Sergipe	39,7	-1,2	1,8	0,6
CENTRO-OESTE	37,4	-0,2	2,8	2,6
Distrito Federal	29,2	2,0	1,1	3,1
Goiás	53,9	-0,6	4,9	4,3
Mato Grosso do Sul	40,0	-2,0	2,6	0,6
Mato Grosso	16,9	-0,1	1,3	1,2
SUDESTE	114,5	-0,2	8,5	8,3
Espírito Santo	6,5	-3,2	0,9	-2,4
Minas Gerais	110,0	2,3	9,7	11,9
Rio de Janeiro	147,8	5,8	9,0	14,9
São Paulo	113,6	-2,8	8,5	5,6
SUL	62,1	-0,4	3,3	2,9
Paraná	19,3	-2,3	2,1	-0,2
Rio Grande do Sul	124,1	1,4	4,9	6,3
Santa Catarina	30,8	-0,4	2,7	2,3

FONTE: BANCO CENTRAL, *governo estadual, capital e principais municípios

Os demais entes acumularam superávits primários, com destaque, no elenco das unidades mais avançadas, para São Paulo (2,8%) e Paraná (2,3%), justamente aqueles que despenderam esforços de racionalização de gastos e ganhos de arrecadação, via melhoria das engrenagens da máquina e elevação de tributos, a partir de 2015.

Os desenhos mais dramáticos de peso do estoque da dívida líquida na RCL são expostos por Rio de Janeiro (147,8%), Rio Grande do Sul (124,1%), São Paulo (113,6%) e Minas Gerais (110,0%). Dentre os estados considerados desenvolvidos, situações tidas como confortáveis são denotadas no Paraná (19,3%), Bahia (25,7%) e Santa Catarina (30,8%).

Porém, no âmbito dos problemas atrelados às contas dos estados, cabe mencionar o retrocesso subjacente à aprovação e sanção da Lei Complementar (LC) 160/2017, em 06 de julho de 2017, que prevê a manutenção, por até 15 anos, dos incentivos fiscais ancorados no ICMS, concedidos sem autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), conforme previa a outra LC, a 24/1975.

A inoperância da gestão Temer e a priorização de negociações clientelistas com um legislativo oportunista, empenhado em escapar do elixir contra a corrupção, explicam os sucessivos fracassos na execução da peça orçamentária, a aceitação passiva de crescentes rombos nas finanças públicas e morosa redução do endividamento, e a realização, em alto padrão, do acabamento da construção da falência do estado brasileiro, iniciada por Lula e Dilma.

A quebra do estado constitui o principal entrave à entrada da quinta marcha: a desobstrução dos gargalos infraestruturais. Simulações feitas pela Inter.B Consultoria mostram a pequenez dos investimentos em infraestrutura no Brasil, inferiores a 2% do PIB, contra 13% do PIB, na China, 6% do PIB, no Chile, e 4,2% do PIB, no Peru.

O mais gritante, porém, é que a falta de um amplo e transparente programa de privatizações e concessões, com regras claras e estáveis e fixação de retornos compatíveis com os maiores risco e prazo de maturação dos empreendimentos, tem espantado potenciais investidores privados, que preferem deixar os haveres excedentes estacionados na ciranda financeira, viabilizada e vitaminada pelo enorme e crescente passivo público.

O delineamento da possibilidade de corrida em sexta marcha está igualmente penalizado. Nesse caso, sobressai o descaso oficial com os segmentos portadores de fatores de vanguarda, notadamente educação, inovação e produtividade, retratado no rápido encolhimento da indústria de transformação e abandono das iniciativas de inserção externa competitiva de empresas e até ramos econômicos, em um contexto de declínio potencial da força de trabalho, atrelado ao provável fechamento da janela demográfica, em menos de duas décadas.

À exceção da excelência do agronegócio, explicada por permanentes incursões modernizantes de organizações empresariais, com ênfase para as cooperativas, e a retaguarda técnica erguida pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (Embrapa), ladeada por institutos estaduais, o Brasil foi destituído de políticas industriais horizontais.

Enquanto o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) escolheu incentivar, com vultosa quantia de recursos subsidiados, bancados pelo tesouro nacional, a formação das medalhas de ouro nacionais, como os grupos JBS, pertencente aos irmãos Joesley e Wesley, e EBX, de Eike Batista, que venceram apenas os certames de corrupção, dividindo pódio e verbas com membros do executivo e legislativo, a participação do parque fabril no PIB caiu de 17,8%, em 2004, para 11,7%, em 2016.

Os gastos destinados à educação no País, correspondentes a 5% do produto interno bruto (PIB), semelhantes aos padrões de nações avançadas, são ineficientes e inadequadamente repartidos, reflexo de crônicos erros de gestão e pressões corporativas, oportunizando a penalização do aprendizado fundamental e a pouco criteriosa ampliação da fatia do ensino superior, apoiada na concessão de vantagens a escolas privadas, em nome da democratização do acesso à educação superior.

O dispêndio médio por aluno nas universidades públicas brasileiras é quatro vezes superior ao aferido para escolas dedicadas ao ensino de infantil ao médio, bastante acima dos registros dos estados integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o que, ante as perenes resistências à discussão do financiamento da educação pública de terceiro grau (ocupada por mais de 2/3 de egressos do ensino médio privado), serve para agudizar o desnível de oportunidades entre alunos oriundos de famílias ricas e pobres.

Em vertente complementar, enquanto o Brasil investe apenas 1,2% do PIB a.a. em pesquisa e desenvolvimento, os centros avançados destinam mais de 3% do PIB a.a. para o nobre objetivo de amparo ao progresso técnico e à transformação de ideias da escala laboratorial para a industrial. O grau de inovação de segunda linha apresentado pela nação é comprovado pela ocupação de posição marginal, no universo dos BRICs, em solicitações de patentes, sendo 6,6 mil em 2016, contra 23,9 mil da Índia, 33,8 mil da Rússia e 1.010,4 mil da China,

O País permaneceu na 69ª posição no índice global de inovação, em um ranking de 130 nações, responsáveis por 92,5% da população e 97,5% do PIB planetário, preparado por pesquisa anual, realizada pela Universidade Cornell

(Estados Unidos), INSEAD (The Business School for de World), da França, e Organização Mundial de Propriedade Intelectual (Wipo, em inglês).

A classificação é feita com base na combinação e avaliação de parâmetros quantitativos, como registros de patentes, despesas em educação e mecanismos, perfil e volume de financiamentos, e qualitativos, centrados nas percepções de gestores públicos, lideranças empresariais, academia e representantes da sociedade civil.

Pelo sétimo exercício consecutivo, a Suíça (67,7 pontos) preservou a primeira posição, seguida por Suécia, Países Baixos, Estados Unidos e Reino Unido, que fecham o time dos cinco primeiros em postura inovadora.

Com score de 33,1 pontos, dentro de uma faixa que varia entre 15,6 (Lêmen) e Suíça, o Brasil mostrou-se menos inovador do que a Sérvia, Panamá, Ilhas Maurício, Colômbia, Bahrein, Uruguai e Geórgia, e ligeiramente melhor do que Peru, Brunei, Marrocos, Filipinas, Tunísia, Irã e Argentina, o que restringe as chances de ampliação da presença e influência nas cadeias produtivas mundiais, em regime de acirramento da concorrência.

A despeito de ostentar a condição de maior dimensão econômica (PIB) da América Latina e do Caribe, o Brasil figurou apenas no 7º lugar em comportamento inovador, em um grupo de 18 países da região. O Chile é o primeiro e o 46º da lista completa. O mais gritante, porém, é que, em 2011, o Brasil figurava na 47ª colocação, a melhor já alcançada, sendo que a pior performance da história compreendeu a 70ª posição, exibida em 2015.

Como não há milagres em economia, o atraso tupiniquim é resultado de árduo esforço de destruição das variáveis subjacentes à educação, produtividade e industrialização. De acordo com pesquisa da CNI, o setor industrial de transformação nacional apresenta a menor expressão (11,7% do PIB total), dentre os mercados emergentes, situando-se atrás inclusive da Argentina, que agoniza em sucateamento fabril desde a década de 1990.

A deficiente qualidade da formação educacional e ausência de compromissos com a inovação interferem decisivamente na produtividade.

A deficiente qualidade da formação educacional e ausência de compromissos com a inovação interferem decisivamente na produtividade. Estimativas de produtividade total dos fatores, preparadas pela OCDE, apontam variação de apenas 0,4% a.a., no Brasil, entre 2003 e 2016, contra 5,0% a.a., na Ásia, 4,0% a.a., nos Estados Unidos, e 3,0% a.a., na Europa.

Além disso, depois de crescer 6,5% ao ano, entre 1990 e 2000, a produtividade da mão de obra do segmento brasileiro variou 0,5% a.a., entre 2000 e 2010, e encolheu -1,1% a.a., no intervalo compreendido entre 2011 e 2016. A eficiência do trabalhador brasileiro representa 24,1% da apurada para o americano, 40,0% para o sul-coreano, 51,0% para o chileno e 59% para o russo.

Dados relativos à evolução da produtividade do fator trabalho, em intervalo de tempo mais longo, podem ser visualizados na tabela 3.

TABELA 3 – EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE POR TRABALHADOR, SEGUNDO PAÍSES SELECIONADOS – 1980-2016

PAÍSES	VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL (%)
Índia	4,63
Coreia do Sul	4,07
Tailândia	3,58
Turquia	2,81
Polônia	2,37
Japão	2,09
Estados Unidos	1,72
Chile	1,63
Espanha	1,36
Israel	1,35
Austrália	1,21
Rússia	0,92
Colômbia	0,87
Brasil	0,47

FONTE: BANCO MUNDIAL

Diante do que foi resumidamente exposto, parece prudente advertir que a perfeita sincronização das marchas para o desenvolvimento do carro brasileiro requer abrangente entendimento social, inserindo os múltiplos atores, sintetizados no governo e membros de frações civis (entidades empresariais, representantes de trabalhadores, organizações não governamentais, etc.).

Apesar dos prováveis e inevitáveis percalços, a sociedade brasileira reúne trunfos para a concretização do complicado percurso. Dentre eles emerge, na área de recursos à produção, a disponibilidade de expressivas extensões de terras a serem exploradas com a atividade agropecuária e uma matriz energética limpa.

No terreno político, surge a consolidação e o amadurecimento da democracia, reconquistada em 1985 - ainda que de forma indireta, com sufrágio restrito ao colégio eleitoral, fruto da celebração de uma aliança conservadora entre as alas moderada das oposições e progressista do regime militar - depois de maciças manifestações, via voto, contra o regime ditatorial instaurado em 31 de março de 1964, além da instituição de significativos direitos sociais, com a Carta Magna de 1988.

Igualmente notável foi a capacidade de retirada de dois chefes de estado, eleitos pelo voto popular, por intermédio do instrumento de impedimento, em 1992 e 2016, a conquista da estabilidade monetária, depois do plano real, implantado em 1994, e o aprendizado da feitura de políticas sociais, com a execução de programas oficiais de transferência de renda.

Também seria digno de nota o despertar do espírito de recuperação da ética e do sentimento de cidadania, com o consentimento coletivo à apuração dos “amazônicos” casos de corrupção que, com o aparelhamento partidário dos órgãos governamentais e das companhias estatais, promoveram uma verdadeira dilapidação do patrimônio público no passado recente.

Mais que isso, os agentes econômicos e sociais atuantes no País tem absoluta convicção de que, da porta para dentro das unidades econômicas, basta otimizar gestão, inovação, sustentabilidade e produtividade. Em paralelo, da porta para fora, convém buscar a consecução de propósitos já alcançados por nações que deram certo, especificamente as reformas (tributária, fiscal, administrativa, financeira, patrimonial, previdenciária e do judiciário), a revolução educacional e o choque de infraestrutura.

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2017-2021

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2017	0,39	10,10	3,19	3,45
2018	2,05	7,91	3,31	4,19
2019	2,50	8,27	3,38	4,23
2020	2,53	8,27	3,43	4,10
2021	2,57	8,22	3,49	4,06

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 25/08/2017

Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL ÚLTIMOS 10 ANOS JUNHO 2007-2017

JUN/ ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2007	29,12	0,97	13,91	0,80	44,80
2008	29,55	-0,82	13,40	0,75	42,89
2009	27,23	-0,69	12,67	0,77	39,98
2010	27,82	-1,29	11,69	0,67	38,89
2011	26,75	-1,24	10,98	0,59	37,08
2012	22,78	-1,17	10,64	0,54	32,78
2013	21,46	-1,32	10,46	0,59	31,19
2014	21,40	-1,02	10,52	0,57	31,48
2015	22,91	-1,95	11,51	0,75	33,23
2016	31,02	-2,49	11,90	0,89	41,33
2017	38,84	-2,73	11,70	0,89	48,69

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM CURITIBA – JULHO/2017

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	CURITIBA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	22.572	71,23	31.688	25,99	86.847	1,93	1.167.770
DESLIGAMENTOS	22.970	70,13	34.739	26,73	85.888	2,03	1.131.870
Nº EMPREGOS FOMAI S EM 01/JAN/2017	684.113	70,52	970.038	26,51	2.580.699	1,79	38.320.321
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	151.613	71,74	211.323	23,34	649.668	1,85	8.182.382
VARIAÇÃO ABSOLUTA	-388	-	-1.051	-	959	-	35.900

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Curitiba em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – JULHO/2017

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	2.534	8,00	31.688	2,92	86.847	0,22	1.167.770
DESLIGAMENTOS	2.844	8,69	34.739	3,31	85.888	0,25	1.131.870
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2017	85.491	8,81	970.038	3,31	2.580.699	0,22	38.320.321
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	14.429	6,83	211.323	2,22	649.668	0,18	8.182.382
VARIAÇÃO ABSOLUTA	-310	-	-1.051	-	959	-	35.900

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de São José dos Pinhais em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM ARAUCÁRIA – JULHO/2017

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	ARAUCÁRIA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	1.080	3,41	31.688	1,24	86.847	0,09	1.167.770
DESLIGAMENTOS	1.177	3,60	34.739	1,37	85.888	0,10	1.131.870
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2017	37.885	3,91	970.038	1,47	2.580.699	0,10	38.320.321
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	5.706	2,70	211.323	0,88	649.668	0,07	8.182.382
VARIAÇÃO ABSOLUTA	-97	-	-1.051	-	959	-	35.900

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Araucária em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) - AGO/2016 – JUL/2017

DIA	JAN /17	FEV/17	MAR/17	ABR/17	MAI/17	JUN/17	JUL/17	AGO/16	SET/16	OUT/16	NOV/16	DEZ/16
1		64836,12	66988,87			62288,52		56755,76	58236,26		63326,41	59506,54
2	59588,70	64578,21	65854,93		66721,74	62510,69		56162,38	59616,39			60316,12
3	61813,83	64953,93	66785,53	65211,47	66093,78		63279,58	57076,91		59461,22	61750,17	
4	61589,05			65768,91	64862,60		63231,59	57593,89		59.339,22	61598,39	
5	62070,98			64774,76	65709,73	62450,45	63154,17	57661,14	59566,34	60254,34		59831,72
6	61665,36	63992,93	66341,36	64222,72		62954,69	62470,33		60129,43	60644,24		61088,24
7		64198,89	65742,32	64593,10		63170,73	62322,40			61108,98	64051,65	61414,40
8		64835,40	64718,01		65526,04	62755,57		57635,42	60231,65		64157,67	60676,56
9	61700,29	64964,88	64585,23		66277,67	62210,55		57689,41	57999,72		63258,26	60500,61
10	62131,80	66124,52	64675,46	64649,81	67349,72		63025,46	56919,77		61668,33	61200,95	
11	62446,26			64359,79	67537,61		63832,15	58299,57		61021,84	59183,50	
12	63953,93			63891,67	68221,94	61700,23	64835,55	58298,40	58586,11			59178,61
13	63651,51	66967,64	65534,30	62826,28		61828,99	65178,34		56820,77	61118,58		59280,57
14		66712,88	64699,46			61922,92	65436,17		57059,46	61767,21	59657,46	58212,11
15		67975,58	66234,87		68474,18			59145,97	57909,48			58396,16
16	63831,27	67814,24	65782,85		68684,49	61626,41		58855,43	57079,75		60759,31	58389,04
17	64354,33	67748,41	64209,93	64334,92	67540,25		65212,31	59323,83		62696,10	59770,47	
18	64149,57			64158,84	61597,05		65337,66	59166,01		63782,20	59961,76	
19	63950,86			63406,97	62639,30	62014,03	65179,92	59098,92	57350,37	63505,60		57110,99
20	64521,18	68532,85	64884,26	63760,62		60766,15	64938,01		57736,45	63837,85		57582,89

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

21	69052,02	62980,37		60761,74	64684,18	58393,92	64108,08	61070,27	57646,52
22	68589,54	63521,33	61673,49	61272,21		57781,24	58994,16	61954,47	57255,22
23	65748,62	67461,39	63530,78	62662,48	61087,13		58020,03	58697,00	61985,90
24	65840,09	66662,10	63853,77	64389,01	63257,35	65099,55	57717,88	64059,89	61395,53
25			65148,34	63226,78		65667,62	57722,13	63866,20	61559,07
26	66190,62		64861,92	64085,41	62188,08	65010,57	57716,24	58053,53	63825,68
27	66033,98		64308,38	64676,55		61675,46	65277,38	58382,48	64249,50
28			64640,45	65403,24		62017,97	65497,12	59355,76	64307,63
29			65528,28		63760,94	62238,95		58610,39	58350,56
30	64301,73		65265,98		63962,26	62899,97		58575,42	58367,04
31	64670,78		64984,06		62711,47		65920,36	57901,10	64924,51
MÍNIMO	59588,70	63992,93	62980,37	62826,28	61597,05	60761,74	62322,40	56162,38	56820,77
MÁXIMO	66190,62	69052,02	66988,87	65768,91	68684,49	63170,73	65920,36	59323,83	60231,65

FONTE: BM&FBovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA).

PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS DEZ/2000-AGO/2017

PERÍODO	SÃO PAULO		PARANÁ		
	Arroz (30 Kg)	Feijão Preto (30 Kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 Kg)	Milho (60 Kg)
Dez/00	20,69	19,08	434,03	15,03	10,30
Dez/01	28,00	49,95	496,42	17,80	11,78
Dez/02	38,00	48,47	745,55	34,94	24,37
Dez/03	52,36	43,16	756,77	28,58	17,73
Dez/04	33,78	48,65	522,76	21,26	15,00
Dez/05	30,00	60,01	513,04	21,96	14,26
Dez/06	34,01	33,47	506,57	29,23	19,44
Dez/07	43,67	72,29	682,33	34,35	28,69
Dez/08	52,54	85,72	736,91	28,50	17,93
Dez/09	48,34	44,14	740,11	27,50	17,66
Dez/10	54,40	56,57	734,82	27,40	22,69
Dez/11	44,28	52,75	584,62	26,43	23,20
Dez/12	65,00	80,81	1.239,97	41,50	31,00
Dez/13	59,51	92,71	1.298,74	47,27	22,54
Dez/14	60,00	78,69	1.174,61	34,32	24,95
Dez/15	62,10	87,64	1314,07	43,30	29,39
Jan/16	66,85	106,78	1397,50	44,10	36,59
Fev/16	68,55	100,91	1404,32	45,16	38,67
Mar/16	69,97	96,83	1140,93	45,29	41,08
Abr/16	69,89	98,09	1110,13	46,60	46,10
Mai/16	71,45	107,83	1319,96	46,19	49,96
Jun/16	73,02	131,01	1572,48	53,74	49,13
Jul/16	69,81	158,53	1489,45	53,68	41,15
Ago/16	74,62	152,55	1353,58	50,77	40,86
Set/16	77,21	148,65	1281,50	43,34	37,86
Out/16	77,58	161,76	1211,86	39,45	38,32
Nov/16	...	155,06	1220,52	38,25	35,63
Dez/16	...	147,81	1212,32	37,62	34,81
Jan/17	...	125,18	1153,42	37,19	32,92
Fev/17	...	106,44	1.138,59	36,14	30,25
Mar/17	...	104,81	1.063,18	35,70	27,89
Abr/17	...	96,55	1.012,31	36,25	25,67
Mai/17	...	101,82	1.015,39	36,57	25,61
Jun/17	...	111,60	1.018,95	37,46	24,36
Jul/17	...	99,96	1.087,77	38,73	22,84
Ago/17	...	92,36	1.014,63	40,70	22,39

FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); CONAB; SEAB-PR

NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha.

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837(1)	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848(3)	Índice Ibovespa	Emissão Primária de Debêntures (R\$ milhões) 7841	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 (3)	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 (4)
DEZ/05	653.714	841225	33.455	1.565	10.718	2.205
DEZ/06	794.875	1.180.653	44.473	17.939	12.463	2.415
DEZ/07	912.869	1.764.961	63.886	1.068	13.265	2.652
DEZ/08	917.297	1.087.640	37.550	0	8.776	1.577
DEZ/09	1.086.267	1.739.615	68.588	2.720	10.428	2.269
DEZ/10	1.286.654	2.070.752	69.304	2.025	11.578	2.653
DEZ/11	1.501.728	1.833.723	56.754	220	12.218	2.605
DEZ/12	1.786.186	1.961.800	60.952	850	13.104	3.020
DEZ/13	1.939.384	1.889.777	51.507	300	16.577	4.177
DEZ/14	2.156.887	1.824.499	50.007	0	17.823	4.736
JAN/15	2.192.912	1.744.785	46.907	10.000	17.165	4.635
FEV/15	2.226.999	1.897.789	51.583	551	18.133	4.964
MAR/15	2.260.558	1.885.819	51.150	321	17.776	4.901
ABR/15	2.282.144	2.066.170	56.229	4.600	17.841	4.941
MAI/15	2.235.805	1.949.062	52.760	0	18.011	5.070
JUN/15	2.355.165	1.973.591	53.080	0	17.620	4.987
JUL/15	2.388.160	1.903.496	50.864	740	17.690	5.128
AGO/15	2.425.397	1.754.227	46.625	0	16.528	4.777
SET/15	2.343.942	1.700.335	45.059	1.350	16.285	4.620
OUT/15	2.448.624	1.678.886	45.868	1.892	17.664	5.054
NOV/15	2.465.544	1.658.564	45.120	0	17.720	5.109
DEZ/15	2.472.963	1.591.222	43.349	1.185	17.425	5.007
JAN/16	2.522.931	1.506.705	40.405	0	16.466	4.614
FEV/16	2.553.705	1.560.784	42.793	0	16.517	4.558
MAR/16	2.599.654	1.795.296	50.055	20.000	17.685	4.870
ABR/16	2.635.683	1.917.723	53.910	0	17.831	4.775
MAI/16	2.670.626	1.740.045	48.471	0	17.787	4.948
JUN/16	2.690.456	1.821.192	51.526	0	17.930	4.843
JUL/16	2.738.202	2.004.423	57.308	0	18.432	5.162
AGO/16	2.795.674	2.029.117	57.901	0	18.401	5.213
SET/16	2.820.714	2.044.580	58.367	0	18.308	5.312
OUT/16	2.860.310	2.234.166	64.924	878	18.142	5.190
NOV/16	2.887.156	2.134.704	61.906	0	19.124	5.324
DEZ/16	2.953.369	2.078.361	60.227	975	19.763	5.383
JAN/17	3.035.796	2.239.112	64.670	0	19.864	5.615
FEV/17	3.088.727	2.324.811	66.662	0	20.822	5.825
MAR/17	3.158.822	2.245.686	64.984	300	20.663	5.912
ABR/17	3.169.398	2.243.197	65.403	432	20.941	6.048
MAI/17	3.203.771	2.159.216	62.711	0	21.009	6.199
JUN/17	3.243.842	2.149.502	62.899	0	21.350	6.144
JUL/17	3.310.407	2.249.025	65.920	1.091	21.891	6.348

FONTES: (1) BANCO CENTRAL DO BRASIL, (2) BOVESPA (ÍNDICE DE FECHAMENTO DO ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS), (3) DOW JONES, (4) NASDAQ

NOTA: para os anos de 2005 a 2014, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano. Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1997 - 2017
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB
1997	4.853.587.000	14,00	3.306.968.000	36,00	1.546.619.000
1998	4.227.995.000	-13,00	4.057.589.000	23,00	170.406.000
1999	3.932.659.000	-7,00	3.699.490.000	-9,00	233.169.000
2000	4.394.161.676	0,00	4.686.228.819	0,00	-292.067.143
2001	5.320.210.841	21,07	4.928.952.244	5,18	391.258.597
2002	5.703.081.036	7,20	3.333.392.117	-32,37	2.369.688.919
2003	7.157.852.544	25,51	3.486.050.508	4,58	3.671.802.036
2004	9.405.025.640	31,39	4.026.146.368	15,49	5.378.879.272
2005	10.033.532.895	6,68	4.527.236.933	12,45	5.506.295.962
2006	10.016.337.731	-0,17	5.977.970.879	32,04	4.038.366.852
2007	12.352.857.472	23,33	9.017.987.693	50,85	3.334.869.779
2008	15.247.184.111	23,43	14.570.222.035	61,57	676.962.076
2009	11.222.826.796	-26,39	9.620.843.086	-33,97	1.601.983.710
2010	14.175.843.943	26,31	13.956.956.807	45,07	218.887.136
2011	17.394.275.271	22,70	18.767.762.576	34,47	-1.373.487.305
2012	17.709.590.951	1,81	19.387.793.769	3,30	-1.678.202.818
2013	18.239.201.710	2,99	19.345.381.499	-0,22	-1.106.179.789
2014	16.332.120.489	-10,46	17.295.813.435	-10,59	-963.692.946
2015	14.909.080.745	-8,71	12.448.504.088	-28,03	2.460.576.657
2016	15.171.099.837	1,76	11.092.307.396	-10,89	4.078.792.441
JAN-JUL/2017	10.724.861.457	15,96	6.508.026.518	6,51	4.216.834.939

FONTE: MDIC/SECEX

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS (Complexo soja e trigo) SAFRAS 2010/2017 (Mil toneladas)

PRODUTO	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em pluma	2010/11	76,0	1.959,8	144,2	2.180,0	900,0	758,3	521,7
	2011/12	521,7	1.893,3	3,5	2.418,5	895,2	1.052,8	470,5
	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	883,5	748,6	438,5
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.289,2	27,0	1.665,3	660,0	804,0	201,3
	2016/17	201,3	1.523,2	25,0	1.749,5	720,0	850,0	179,5
Arroz em casca	2010/11	2.457,3	13.613,1	825,4	16.895,8	12.236,7	2.089,6	2.569,5
	2011/12	2.569,5	11.599,5	1.068,0	15.237,0	11.656,5	1.455,2	2.125,3
	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	807,2	14.010,9	11.954,3	1.188,4	868,2
	2014/15	868,2	12.448,6	503,3	13.820,1	11.495,1	1.362,1	962,9
	2015/16	962,9	10.603,0	1.187,4	12.753,3	11.428,8	893,7	430,8
	2016/17	430,8	12.326,6	1.000,0	13.757,4	11.500,0	800,0	1.457,4
Feijão	2010/11	366,9	3.732,8	207,1	4.306,8	3.600,0	20,4	686,4
	2011/12	686,4	2.918,4	312,3	3.917,1	3.500,0	43,3	373,8
	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.210,2	156,7	3.670,7	3.350,0	122,6	198,1
	2015/16	198,1	2.512,9	325,0	3.036,0	2.800,0	50,0	186,0
	2016/17	186,0	3.354,1	150,0	3.690,1	3.350,0	120,0	220,1
Milho	2010/11	5.586,1	57.406,9	764,4	63.757,4	49.985,9	9.311,9	4.459,6
	2011/12	4.459,6	72.979,5	774,0	78.213,1	51.903,0	22.313,7	3.996,4
	2012/13	3.996,4	81.505,7	911,4	86.413,5	53.287,9	26.174,1	6.951,5
	2013/14	6.951,5	80.051,7	790,7	87.793,9	54.541,6	20.924,8	12.327,5
	2014/15	12.327,5	84.672,4	316,1	97.316,0	56.742,4	30.172,3	10.401,3
	2015/16	10.401,3	66.530,6	3.338,1	80.270,0	53.387,8	18.883,2	7.999,0
	2016/17	7.999,0	97.191,2	500,0	105.690,2	56.100,0	28.000,0	21.590,2
Soja em grãos	2010/11	2.611,1	75.324,3	41,0	77.976,4	41.970,0	32.986,0	3.020,4
	2011/12	3.020,4	66.383,0	266,5	69.669,9	36.754,0	32.468,0	447,9
	2012/13	447,9	81.499,4	282,8	82.230,1	38.694,3	42.791,9	744,0
	2013/14	744,0	86.120,8	578,7	87.443,5	40.200,0	45.692,0	1.551,5
	2014/15	1.551,5	96.228,0	324,1	98.103,6	42.850,0	54.324,2	929,4
	2015/16	929,4	95.434,6	400,0	96.764,0	43.700,0	51.587,8	1.476,2
	2016/17	1.476,2	114.041,9	300,0	115.818,1	47.281,0	63.000,0	5.537,1
Farelo de Soja	2010/11	1.967,9	29.298,5	24,8	31.291,2	13.758,4	14.355,0	3.177,8
	2011/12	3.177,8	26.026,0	5,0	29.208,8	14.051,1	14.289,0	868,7
	2012/13	868,7	27.258,0	3,9	28.130,6	14.350,0	13.333,5	447,1
	2013/14	447,1	28.336,0	1,0	28.784,1	14.799,3	13.716,0	268,8
	2014/15	268,8	30.492,2	1,0	30.762,0	15.100,0	14.826,7	835,3
	2015/16	835,3	30.954,0	0,8	31.790,1	15.500,0	14.443,8	1.846,3
	2016/17	1.846,3	33.110,0	1,0	34.957,3	17.000,0	15.900,0	2.057,3
Óleo de soja	2010/11	676,6	7.419,8	0,1	8.096,5	5.367,0	1.741,0	988,5
	2011/12	988,5	6.591,0	1,0	7.580,5	5.172,4	1.757,1	651,0
	2012/13	651,0	6.903,0	5,0	7.559,0	5.556,3	1.362,5	640,2
	2013/14	640,2	7.176,0	0,1	7.816,3	5.930,8	1.305,0	580,5
	2014/15	580,5	7.722,0	25,3	8.327,8	6.359,2	1.669,9	298,7
	2015/16	298,7	7.839,0	66,1	8.203,8	6.380,0	1.254,2	569,6
	2016/17	569,6	8.385,0	40,0	8.994,6	6.800,0	1.550,0	644,6
Trigo	2010	2.879,9	5.881,6	5.798,4	14.559,9	9.842,4	2.515,9	2.201,6
	2011	2.201,6	5.788,6	6.011,8	14.002,0	10.144,9	1.901,0	1.956,1
	2012	1.956,1	4.379,5	7.010,2	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	6.642,4	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	1.174,6	5.534,9	5.517,6	12.227,1	10.367,3	1.050,5	809,3
	2016	809,3	6.726,8	7.088,5	14.624,6	11.517,7	576,8	2.530,1
2017	2.530,1	5.196,2	7.000,0	14.726,3	11.474,6	700,0	2.551,7	

FONTE: CONAB – Levantamento 11 – agosto/2017 (disponível em: www.conab.gov.br)

Nota: Estimativa em junho 2017/ Estoque de Passagem - Algodão, Feijão e Soja: 31 de dezembro - Arroz 28 de Fevereiro - Milho 31 de Janeiro - Trigo 31 de Julho.

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES – 1989-2017 (Mil toneladas e mil hectares)

Ano	Brasil			Maiores Estados Produtores									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
			(Kg/ha)	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área colhida	Produção	Área colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	875	583
1990/1991	15.395	9.743	1.580	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874
2003/2004	49.793	21.376	2.329	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	95.434	33.251	2.870	26.031	9.140	16.845	5.451	10.250	3.285	7.241	2.430	4.731	1.469
2016/2017	114.041	33.925	3.362	30.513	9.322	19.533	5.249	10.819	3.278	8.575	2.522	5.046	1.456

FONTE: CONAB

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2003-2016

PAÍSES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Mundo	3,44	5,06	4,50	4,93	4,85	2,20	-0,40	6,58	3,81	3,02	2,97	3,15	3,21	3,17
África do Sul	2,95	4,55	5,28	5,60	5,57	3,58	-1,68	2,85	2,51	2,54	2,83	1,72	1,19	0,05
Alemanha	-0,71	1,17	0,71	3,70	3,26	1,08	-5,62	4,08	3,66	0,49	0,49	1,60	1,72	1,87
Argentina	8,84	9,03	8,85	8,05	9,01	4,06	-5,92	10,13	6,00	-1,03	2,41	-2,51	2,65	-2,25
Bolívia	2,71	4,17	4,42	4,80	4,56	6,15	3,36	4,13	5,20	5,12	6,80	5,46	4,85	4,27
Brasil	1,15	5,71	3,16	3,96	6,09	5,17	-0,33	7,53	2,73	-	-	-	-	-
Canadá	1,80	3,09	3,20	2,62	2,06	1,00	-2,95	3,08	3,14	1,75	2,48	2,57	0,94	1,47
Chile	4,09	7,21	5,74	6,32	4,91	3,53	-1,56	5,84	6,11	5,32	4,05	1,91	2,25	1,59
China	3,06	8,70	7,39	7,03	6,46	2,13	-2,46	6,77	4,81	1,70	3,10	2,76	2,39	2,05
Colômbia	3,92	5,33	4,71	6,70	6,90	3,55	1,45	4,29	-	-	-	-	-	-
Coréia do Sul	2,93	4,90	3,92	5,18	5,46	2,83	0,71	6,50	3,68	2,29	2,90	3,34	2,79	2,83
Equador	2,72	8,21	5,29	4,40	2,19	6,36	0,57	3,53	7,87	5,64	4,55	3,67	0,29	
Estados Unidos	2,81	3,79	3,35	2,67	1,78	-0,29	-2,78	2,53	1,60	2,22	1,68	2,37	2,60	1,62
França	0,82	2,79	1,61	2,37	2,36	0,20	-2,94	1,97	2,08	0,18	0,58	0,95	1,07	1,19
Índia	8,06	6,97	9,48	9,57	9,32	6,72	8,59	9,32	6,29	5,45	6,20	6,94	7,83	6,67
Indonésia	4,78	5,03	5,69	5,50	6,35	6,01	4,63	6,22	6,17	6,03	5,56	5,01	4,88	5,02
Itália	0,15	1,58	0,95	2,01	1,47	-1,05	-5,48	1,69	0,58	-2,82	-1,73	0,11	0,78	0,88
Japão	1,53	2,20	1,66	1,45	1,64	-1,10	-5,42	4,22	-0,09	1,50	2,02	0,24	1,11	1,01
México	1,99	4,21	3,08	4,98	3,22	1,38	-4,74	5,20	3,92	4,04	1,41	2,25	2,61	2,36
Paraguai	4,32	4,06	2,13	4,81	5,42	6,36	-3,97	13,09	4,34	-1,24	14,04	4,72	2,96	3,95
Peru	3,96	5,56	6,29	7,53	8,52	9,13	1,10	8,33	6,33	6,14	5,85	2,35	3,25	3,88
Reino Unido	3,34	2,49	3,00	2,66	2,59	-0,47	-4,19	4,42	1,51	1,31	1,91	3,07	2,19	1,81
Rússia	7,35	7,18	6,38	8,15	8,54	5,25	-7,82	4,50	4,29	3,44	1,29	0,63	-	-
Tailândia	7,03	6,17	4,46	5,57	4,93	2,46	-2,25	7,51	0,84	7,17	2,70	0,82	2,82	3,56
Uruguai	0,81	5,00	7,46	4,10	6,54	7,18	4,24	7,80	5,16	3,54	4,64	3,24	0,37	1,45
Venezuela	-7,76	18,29	10,32	9,87	8,75	5,28	-3,20	-1,49	4,18	5,63	1,34	-3,89	-6,22	-

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS (PREÇOS AO CONSUMIDOR) 2003-2016

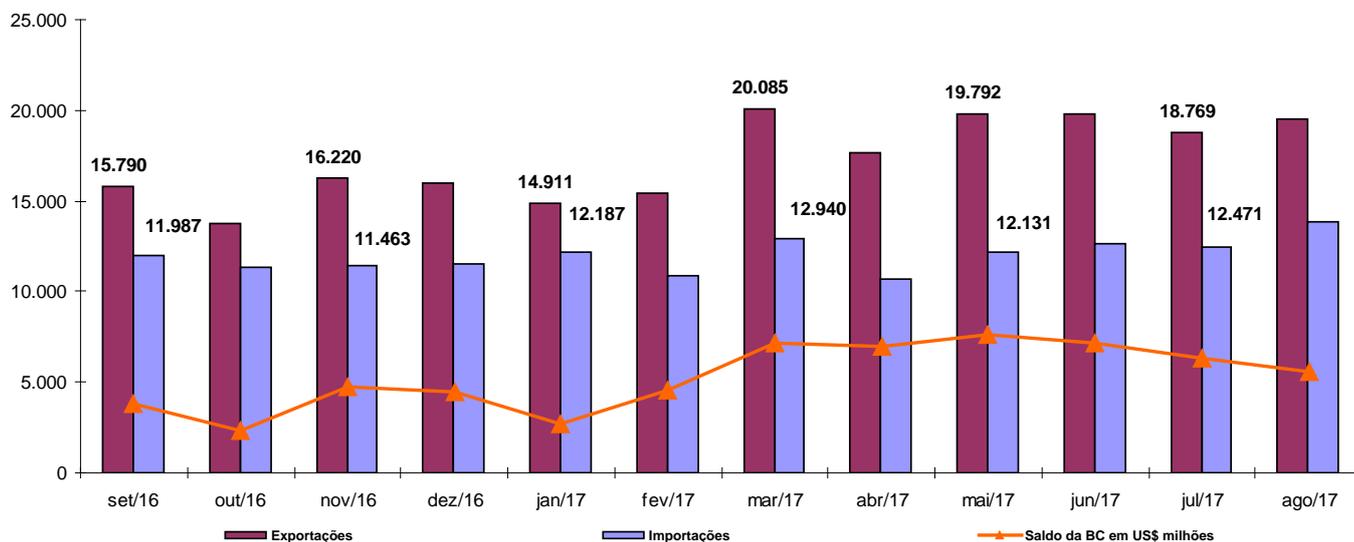
PAÍSES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Mundo	3,50	3,63	3,80	3,60	3,73	5,78	2,40	3,62	4,79	3,82	3,64	3,24	2,77	3,04
África do Sul	5,86	1,39	3,40	4,64	7,10	11,54	7,13	4,26	5,00	5,65	5,75	6,07	4,59	6,33
Alemanha	1,03	1,67	1,55	1,58	2,30	2,63	0,31	1,10	2,08	2,01	1,50	0,91	0,23	0,48
Argentina	13,44	4,42	9,64	10,90	8,83	8,58	6,28	10,78	9,47	10,03	10,62	-	-	-
Bolívia	3,34	4,44	5,39	4,29	8,71	14,00	3,35	2,50	9,81	4,59	5,72	5,78	4,06	3,63
Brasil	14,72	6,60	6,87	4,18	3,64	5,66	4,89	5,04	6,64	5,40	6,20	6,33	9,03	8,74
Canadá	2,76	1,86	2,21	2,00	2,14	2,37	0,30	1,78	2,91	1,52	0,94	1,91	1,13	1,43
Chile	2,81	1,05	3,05	3,39	4,41	8,72	0,07	1,41	3,34	3,01	1,79	4,40	4,35	3,79
China	-2,67	-0,27	0,83	2,05	2,01	4,33	0,63	2,25	5,26	4,07	4,35	4,49	2,97	2,39
Colômbia	7,13	5,90	5,05	4,30	5,54	7,00	4,20	2,28	3,41	3,18	2,02	2,88	5,01	7,52
Coréia do Sul	3,51	3,59	2,75	2,24	2,53	4,67	2,76	2,94	4,03	2,19	1,30	1,27	0,71	0,97
Equador	7,93	2,74	2,41	3,03	2,28	8,40	5,16	3,56	4,47	5,10	2,74	3,57	3,97	1,72
Estados Unidos	2,27	2,68	3,39	3,23	2,85	3,84	-0,36	1,64	3,16	2,07	1,46	1,62	0,12	1,26
França	2,11	2,13	1,74	1,68	1,49	2,81	0,09	1,53	2,12	1,96	0,86	0,51	0,04	0,18
Índia	3,81	3,77	4,25	6,15	6,37	8,35	10,88	11,99	8,86	9,31	10,91	6,65	4,91	4,94
Indonésia	6,59	6,24	10,45	13,11	6,41	9,78	4,81	5,13	5,36	4,28	6,41	6,39	6,36	3,53
Itália	2,68	2,22	2,00	2,07	1,82	3,38	0,75	1,54	2,74	3,04	1,22	0,24	0,04	-0,12
Japão	-0,26	-0,01	-0,28	0,25	0,06	1,38	-1,35	-0,72	-0,27	-0,05	0,35	2,76	0,79	-0,12
México	4,55	4,69	3,99	3,63	3,97	5,12	5,30	4,16	3,41	4,11	3,81	4,02	2,72	2,82
Paraguai	14,24	4,32	6,81	9,59	8,13	10,15	2,59	4,65	8,25	3,68	2,68	5,03	3,13	4,09
Peru	2,26	3,66	1,62	2,00	1,78	5,79	2,94	1,53	3,37	3,65	2,82	3,23	3,56	3,60
Reino Unido	2,27	1,34	2,05	2,33	2,32	3,61	2,17	3,29	4,48	2,82	2,55	1,46	0,05	0,64
Rússia	13,68	10,86	12,68	9,69	8,99	14,11	11,66	6,85	8,44	5,09	6,74	7,83	15,53	7,05
Tailândia	1,80	2,76	4,54	4,64	2,24	5,47	-0,85	3,25	3,81	3,02	2,18	1,90	-0,90	0,19
Uruguai	19,38	9,16	4,70	6,40	8,11	7,86	7,10	6,68	8,09	8,10	8,58	8,88	8,67	9,64
Venezuela	31,09	21,75	15,95	13,66	18,70	31,44	27,08	28,19	26,09	21,07	40,64	62,17	121,74	254,95

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

Comércio Internacional.**Balança Comercial Mensal (Agosto/2017) – MDIC****Fato**

Em agosto de 2017, a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 5,60 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 19,48 bilhões e *importações* de US\$ 13,88 bilhões. A *corrente do comércio* atingiu US\$ 33,35 bilhões, no mês e US\$ 243,78 bilhões, no ano. O *superávit comercial* acumulado no ano é de US\$ 48,11 bilhões.



Fonte: MDIC

Causa

Utilizando o critério da média diária, com relação ao mês anterior, as *exportações* apresentaram recuo de 5,3%, e as *importações* cresceram 1,6%. Pelo mesmo critério, na comparação com agosto de 2016, houve avanço de 14,7% nas *exportações* e de 8,0% nas *importações*.

No acumulado no ano, às *exportações* aumentaram 18,1% sobre igual período de 2016, e as *importações*, avançaram 7,3%. A *corrente do comércio* cresceu 13,5%.

Em agosto de 2017, na comparação com igual mês do ano anterior, as *exportações* de produtos *básicos* avançaram 24,2%, *manufaturados*, 9,7% e *semimanufaturados*, 3,4%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Japão. Pelo lado das *importações*, houve elevação de 56,6% em *combustíveis e lubrificantes*, 6,6% em *bens de capital*, 4,8% em *bens intermediários* e 1,0% em *bens de consumo*. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: China, Estados Unidos, Alemanha, Argentina, e Coréia do Sul.

Na comparação dos valores acumulados no ano, frente a igual período do ano anterior, houve aumento de 25,8%, nas *exportações* de produtos *básicos*, 14,2% nos *semimanufaturados* e 10,4% nos *manufaturados*. Pelo lado das *importações*, ocorreu elevação de 36,4% nas compras de *combustíveis e lubrificantes*, 11,0%, nos *bens intermediários* e 4,5% nos *bens de consumo*. Por outro lado, houve queda de 23,4% na compra de *bens de capital*.

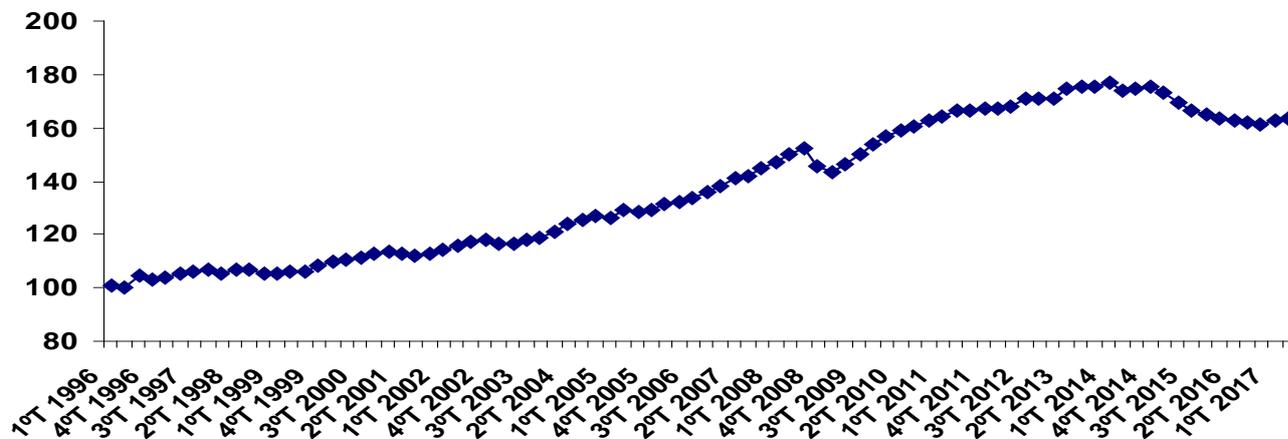
Conseqüências

O crescimento do *saldo comercial* tem sido obtido com crescimento tanto nas *exportações* como nas *importações* e o resultado obtido até agosto aponta *novo recorde comercial*.

Atividade**PIB – Indicadores de Volume e Valores Correntes (2º Trimestre 2017) - IBGE.****Fato**

O *Produto Interno Bruto - PIB a preços de mercado* cresceu 0,2% no segundo trimestre de 2017, frente ao primeiro trimestre, chegando a R\$ 1,64 trilhão. Com relação ao segundo trimestre de 2016, houve avanço de 0,3%, no acumulado dos últimos quatro trimestres, frente aos quatro trimestres imediatamente anteriores a queda foi de 1,4% e no acumulado em 2017, frente ao acumulado no mesmo período de 2016 não ocorreu variação.

PIB pm - Volume Trim. (1995=100)



Fonte: IBGE - Índice Série encadeada do índice de volume trimestral com ajuste sazonal (Base: média 1995 = 100) (Número índice)

Causa

Dentre os componentes da *oferta*, no segundo trimestre, frente ao trimestre imediatamente anterior, a *Agropecuária* registrou variação nula. Os *Serviços* avançaram 0,6% e a *Indústria* variou negativamente 0,5%. Pelo lado da *demanda*, o *Consumo das Famílias*, cresceu 1,4%. Por outro lado, a *Despesa de Consumo do Governo* e a *Formação Bruta de Capital Fixo* caíram 0,9% e 0,7%, respectivamente. No *setor externo* as *Exportações de Bens e Serviços* tiveram crescimento de 0,5% e as *Importações* recuaram 3,5%.

No confronto com o segundo trimestre de 2016, a *Agropecuária* cresceu 14,9%, entre os produtos que registraram desempenho favorável destacaram-se: *milho, soja e arroz*. A *Indústria* recuou 2,1%, influenciada de forma negativa tanto pela *Construção* como pela *Indústria de Transformação*. O setor de *Serviços* registrou queda de 0,3%, no qual tiveram maior evidência em *serviços de informação e intermediação financeira e seguros*.

Pelo lado da *demanda*, também na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, a *Despesa de Consumo das Famílias* voltou a crescer, 0,7%, após nove trimestres de queda. A *Formação Bruta de Capital* teve queda 6,5%, a décima terceira taxa negativa consecutiva nesta comparação e a *Despesa de Consumo da Administração Pública*, registrou retração de 2,2%. Pela *demanda externa*, as *Exportações de Bens e Serviços* registraram elevação de 2,5%, e as *Importações* recuo de 3,3%.

A *taxa de investimento*, frente a igual período do ano anterior caiu 1,2 p.p., chegando a 15,5%, enquanto a *taxa de poupança* avanço 0,2 p.p. fechando em 15,8%.

Conseqüências

O resultado do *PIB* do segundo trimestre reflete a fraca recuperação da atividade econômica, devendo o resultado do ano apresentar *expansão* inferior a 0,5%. A informação positiva foi a breve recuperação da *Despesa de Consumo das Famílias*.

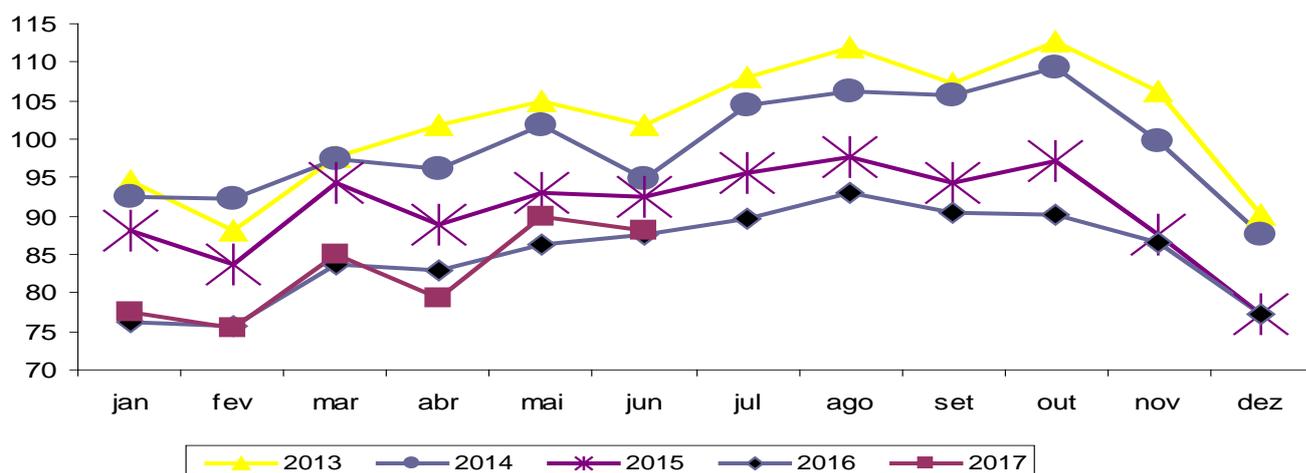
Atividade

Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Brasil (Junho/2017)

Fato

Em junho, a *Produção Industrial* apresentou variação nula (0,0%) frente a maio, após dois meses consecutivos de crescimento nesse tipo de comparação, acumulando crescimento de 2,5% no período. Na comparação com junho de 2016 ocorreu crescimento de 0,5%, segunda taxa positiva consecutiva, mas menos intensa do que a registrada no mês anterior. Considerando o acumulado em doze meses, a variação foi negativa de 1,9%, prosseguindo o ritmo de redução da queda iniciada em junho de 2016 e no acumulado no ano houve crescimento de 0,5%.

Produção Industrial BRASIL



Fonte: IBGE

Causa

Frente ao mês imediatamente anterior, considerando a classificação por *categorias de uso*, o recuo mais intenso foi na produção de *bens de consumo durável*, 6,0%, eliminando parte do avanço de 9,5% acumulado nos meses de abril e maio. A produção de *Bens de consumo semi e não-duráveis* diminuiu 0,5%, após crescer 0,9% em maio, quando interrompeu três meses consecutivos na produção. Por outro lado, *bens de capital*, 0,3% e *bens intermediários*, 0,1% registraram crescimento.

Na comparação com junho de 2016, os *bens de consumo duráveis* apresentaram a expansão mais elevada, 5,0%, seguido do segmento de *bens intermediários* 0,9% e *bens de capita*, 0,3%. Os *bens de consumo semi e não duráveis* tiveram queda de 1,8%.

No acumulado do ano o maior dinamismo foi no setor de *bens de consumo duráveis*, com crescimento de 10,0%, pressionado pelo aumento na fabricação de *automóveis e eletrodomésticos*. Os de *bens de capital* cresceram 2,9% principalmente em decorrência da maior produção de *bens de capital agrícola, para construção, e para uso misto*. Os *bens de consumo semi e não duráveis* recuaram 1,2% e os *bens intermediários* diminuíram a produção em 0,1%.

Consequência

A produção industrial apresentou acomodação após avanço nos dois meses anteriores. O *segmento industrial* segue em patamar baixo, decorrente do *desaquecimento da atividade econômica*.

Atividade

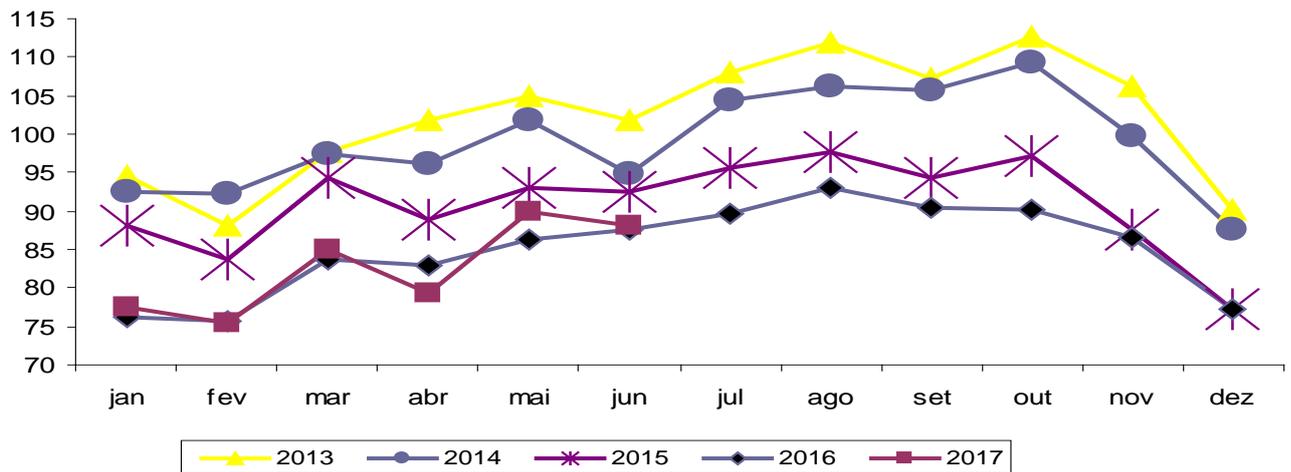
Pesquisa Industrial - Regional – Brasil (Junho/2017) - IBGE

Fato

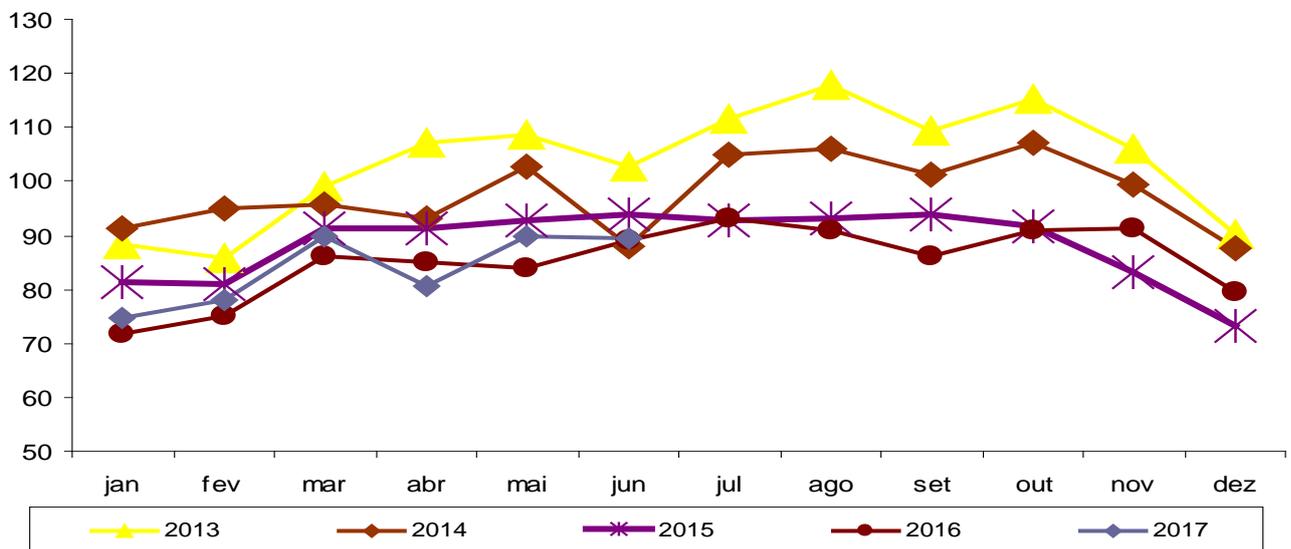
Em junho, frente a maio, a *Produção Industrial* avançou em nove dos quatorze locais pesquisados. Na comparação com junho de 2016 foi registrado avanço em onze dos quinze locais e no acumulado nos primeiros seis meses do ano o crescimento ocorreu em dez locais.

No **Paraná**, houve expansão de 0,5% frente ao mês anterior, após recuar 1,6% em abril e avançar 1,5% em maio. No confronto com igual mês do ano anterior houve crescimento de 0,5% e no acumulado em seis meses houve crescimento de 2,5%, frente a igual período do ano anterior. No acumulado em doze meses ocorreu expansão de 0,8%.

Produção Industrial BRASIL



Produção Industrial PARANÁ



Fonte: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

Causa

Na passagem de maio para junho, os maiores avanços foram registrados no Rio de Janeiro, Amazonas, Pernambuco e Minas Gerais. As áreas que tiveram queda na produção foram: Bahia, Região Nordeste, Rio Grande do Sul, Pará e Santa Catarina.

Na comparação com igual mês do ano anterior, os maiores avanços ocorreram no Espírito Santo, Ceará, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Por outro lado os locais que tiveram o maior recuo foram Bahia e Região Nordeste.

No Estado do **Paraná**, comparativamente a junho de 2016, apenas seis das treze atividades pesquisadas apresentaram variações positivas, com destaque para *máquinas e equipamentos, veículos automotores, reboques e carrocerias e bebidas*.

No Estado, nos primeiros seis meses do ano, houve avanço em sete dos treze setores. Os destaques positivos foram: *máquinas e equipamentos, e veículos automotores, reboques e carrocerias*. Por outro lado *produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, outros produtos químicos, máquinas, aparelhos e materiais elétricos e de móveis*, registraram recuo.

Consequência

De maneira semelhante ao que aconteceu em âmbito nacional, a produção paranaense segue com desempenho muito fraco, demonstrando alguma recuperação nos últimos meses.

Atividade

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre --mai-jun-jul de 2017) – IBGE

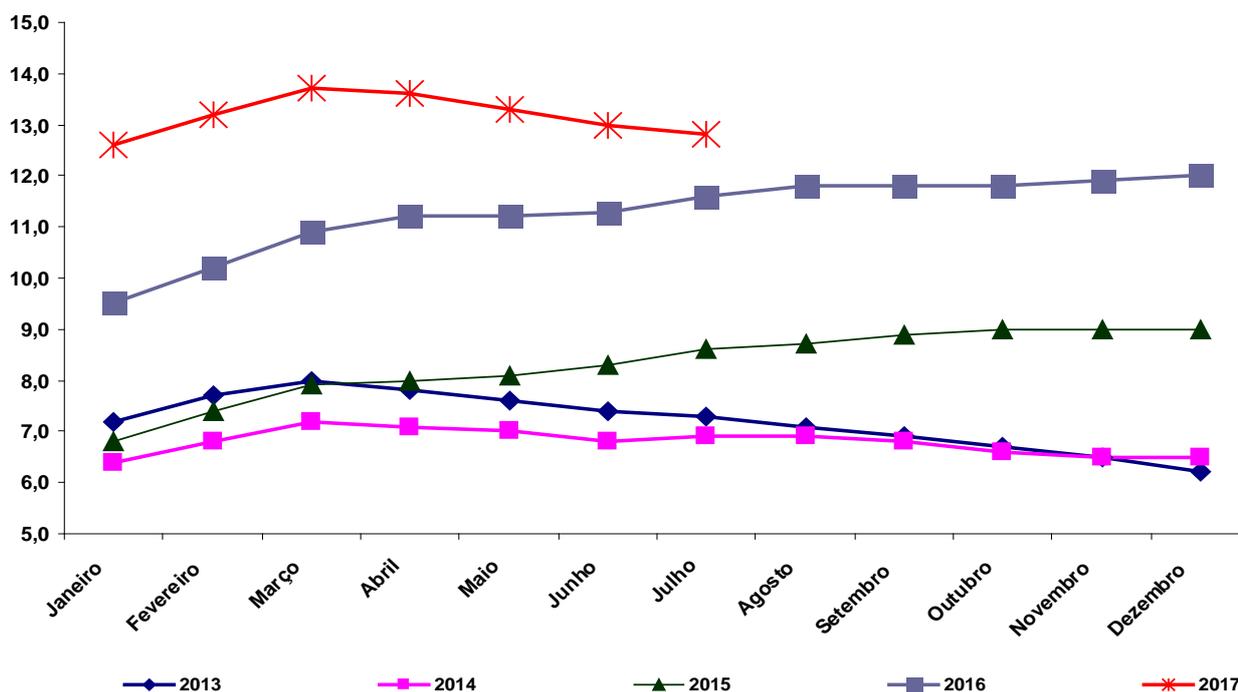
Fato

A *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio* apontou, para o trimestre encerrado em julho, taxa de desocupação de 12,8%, com queda de 0,8 p.p. frente ao trimestre encerrado em abril e expansão de 1,2 p.p. na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

O rendimento médio real habitualmente recebido foi de R\$ 2.106 com estabilidade frente ao trimestre encerrado em abril e avanço de 3,0% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

Causa

No trimestre havia 13,3 milhões de pessoas desocupadas, caindo 5,1% frente ao trimestre imediatamente anterior e aumentando 12,5% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. O número de pessoas ocupadas foi estimado em 90,7 milhões, crescendo 1,6% frente ao trimestre encerrado em abril e não apresentando variação na comparação com o trimestre encerrado em julho de 2016.



Consequência

Embora apresentando recuo, o *desemprego* segue elevado, reflexo do desaquecimento da atividade econômica. A expectativa para os próximos meses é de continuidade na redução desta taxa, porém sem variações intensas.

Atividade

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Julho/2017) – IBGE

Fato

Em julho, segundo o *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA*, a safra de 2017 foi estimada em 242,1 milhões de toneladas, 0,7% maior do que o estimado em junho e 31,1% acima da safra realizada no ano passado.

Causa

As culturas: *arroz, milho, e soja*, respondem por 87,9% da *área plantada* e 93,6% do total produzido. Com relação à área plantada houve expansão de 2,3% para a *soja*, 18,4% para o *milho* e 4,0% para o *arroz*. Na *produção* foram registrados avanços de 19,7% para a *soja*, 16,3% para o *arroz* e de 56,1% para o *milho*.

Na comparação com a produção de 2016, vinte e um dos vinte e seis produtos selecionados tiveram variação positiva em relação à safra do ano anterior: *algodão herbáceo em caroço, amendoim em casca 1ª safra, arroz em casca, aveia em grão,*

batata-inglesa 1ª, 2ª e 3ª safras, cacau em amêndoa, café em grão – canephora, cana-de-açúcar, cebola, cevada em grão, feijão em grão 1ª, 2ª e 3ª safras, laranja, milho em grão 1ª e 2ª safras, soja em grão, sorgo em grão e triticale em grão. Por outro lado, amendoim em casca 2ª safra, café em grão – arábica mamona em baga, mandioca, e trigo em grão deverão apresentar recuo.

Regionalmente, a expectativa da produção total ficou dividida da seguinte forma: Centro-Oeste, 43,7%, Sul, 35,5%, Sudeste, 9,5%, Nordeste, 7,5% e Norte, 3,6%. Nessa avaliação o Mato Grosso liderou como maior produtor nacional de grãos, com participação de 25,7%, seguido pelo Paraná, 17,5% e Rio Grande do Sul, 15,1%, somados estes três Estados, representam 58,3% do total nacional previsto.

Consequência

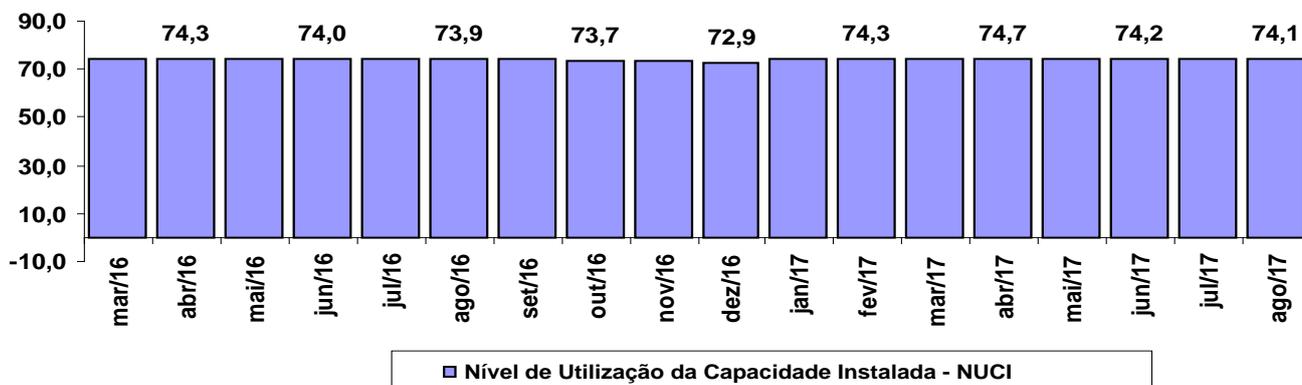
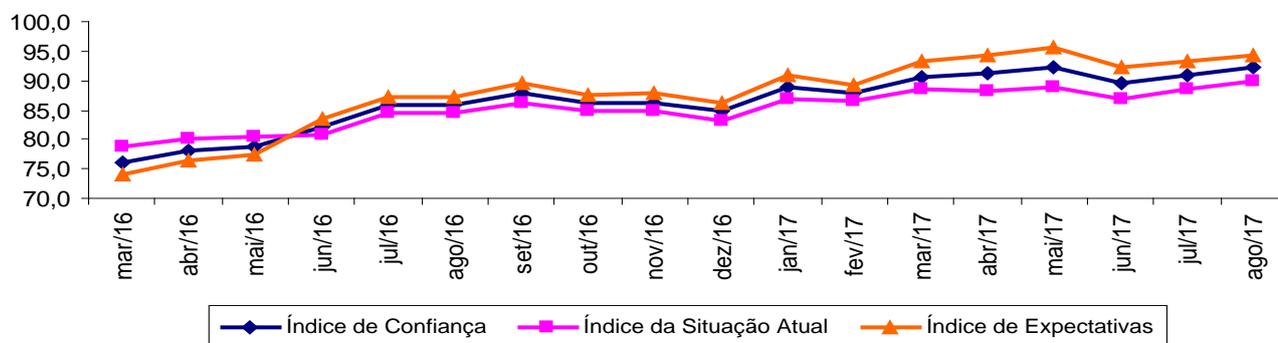
A safra de 2017 demonstra produção superior a de 2016, estando esta expectativa condicionada ao regime de chuvas e ao clima nas principais regiões produtoras do país.

Atividade

Sondagem da Indústria (Agosto/2017) – FGV

Fato

Na passagem de julho para agosto, o Índice de Confiança da Indústria, avançou 1,4 p.p., passando de 90,8 para 92,2 pontos, praticamente retornando ao nível de maio. Com relação ao mês anterior o Índice da Situação Atual cresceu 1,6 pontos. O Índice de Expectativas registrou elevação de 1,0 ponto, atingindo 94,4 pontos. A utilização da capacidade instalada registrou queda de 0,6 p.p. ao passar de 74,7% para 74,1%.



Fonte: FGV

Causa

No crescimento do índice referente à situação atual – ISA destacou-se a percepção relativa ao nível de estoques, com queda de 1,3 pontos no percentual que a avaliam como excessivo e aumento de 0,3 pontos na parcela que o julgam insuficiente. No que tange ao Índice das Expectativas - IE, a elevação foi influenciada principalmente pela piora no indicador de expectativas com relação à produção nos três meses seguintes, com crescimento mais expressivo nas que prevêm produção maior, 5,1 pontos, do que nas que acreditam em produção menor, 2,5 pontos.

Conseqüências

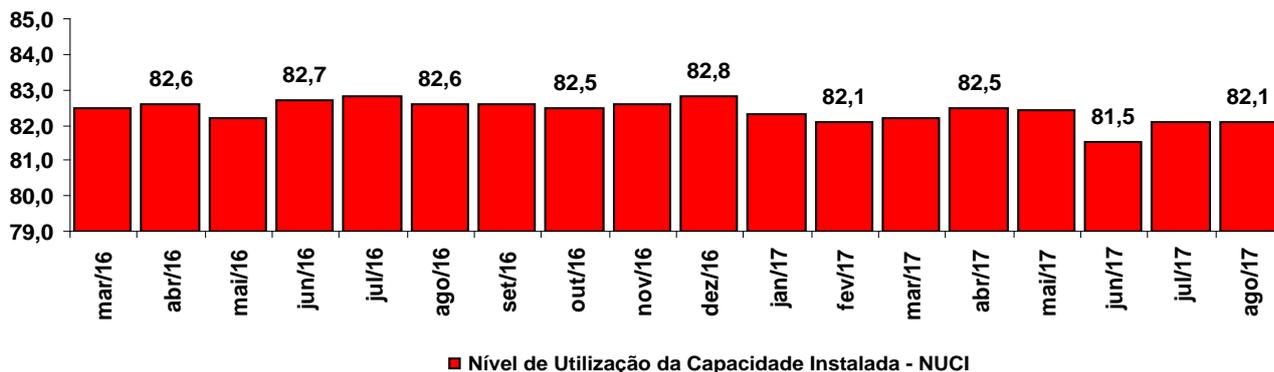
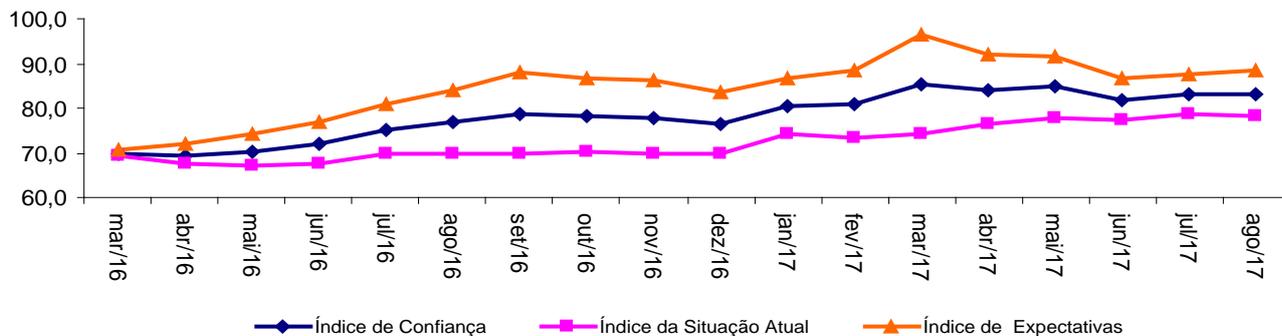
O ICI sinaliza alguma recuperação no índice após a queda em junho, decorrente do aprofundamento da crise política iniciada em maio.

Atividade

Sondagem de Serviços (Agosto/2017) – FGV

Fato

O Índice de Confiança de Serviços - ICS avançou 0,3 pontos entre julho e agosto, passando de 83,9 para 83,2 pontos, recuperando parte da perda de 2,8 pontos observada em junho. O Índice da Situação Atual – ISA caiu 0,3 atingindo 78,3 pontos. O Índice de Expectativas - IE avançou 0,9 pontos atingindo 88,3 pontos.



Fonte: FGV

Causa

No ISA, o indicador que avalia o volume de demanda atual exerceu a maior influência negativa, recuando 0,3 pontos para 78,5 pontos. No IE a contribuição mais relevante para o aumento veio da demanda prevista, que avançou 1,0 ponto para 86,8 pontos.

Conseqüência

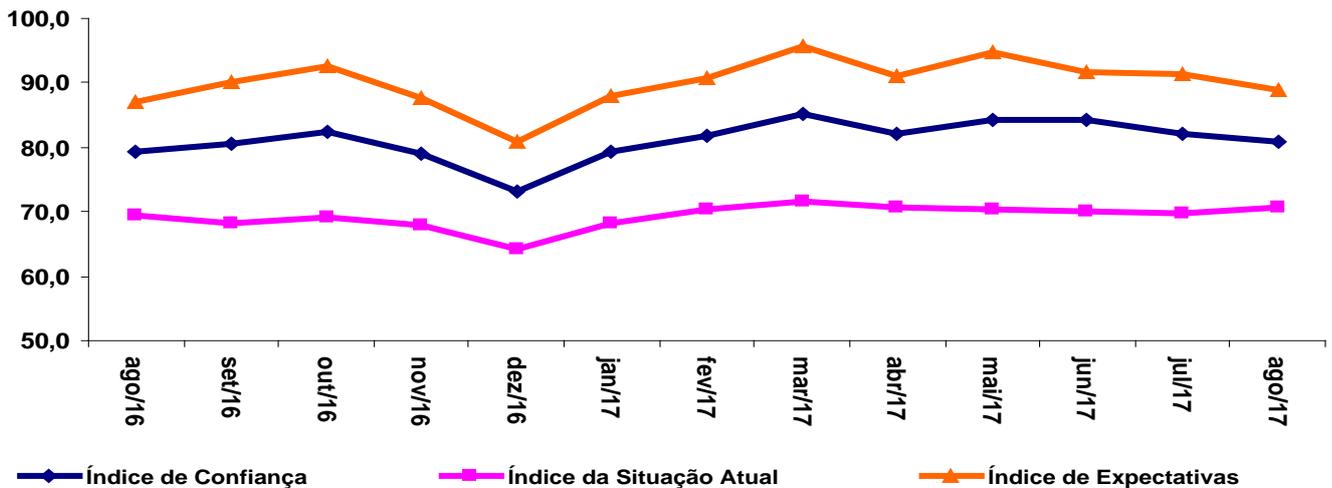
Os índices de expectativas continuam apontando recuperação. Para os próximos períodos, a expectativa é de continuidade no avanço.

Atividade

ICC – Índice de Confiança do Consumidor (Agosto/2017) – FGV

Fato

Entre os meses de julho e agosto, o **ICC** apresentou recuo de 1,1 pontos, passando de 82,0 para 80,9 pontos, a terceira queda consecutiva. O índice da *Situação Atual* aumentou 1,0 ponto, ao passar de 69,7 para 70,7 pontos, o *Índice das Expectativas* recuou 2,5 pontos, variando de 91,4 para 88,9 pontos, o menor desde janeiro último.



Fonte: FGV

Causa

Com referência a *situação presente*, no indicador que mede a *satisfação com a situação financeira atual das famílias* subiu 2,4 pontos, ao passar de 63,0 para 65,4 pontos. Por outro lado, no horizonte de seis meses, o indicador da *situação financeira futura* registrou queda de 4,6 pontos, para 86,9 pontos.

Conseqüência

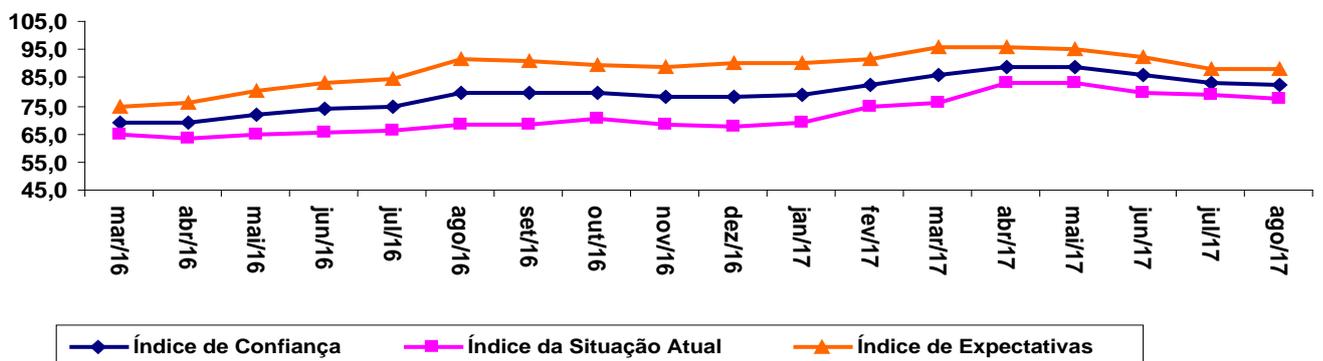
No mês de agosto o índice que mede a *satisfação com o momento presente*, apresentou crescimento maior que o das *expectativas*, resultado de uma melhor percepção com relação ao *mercado de trabalho* e quanto à *situação financeira das famílias*.

Atividade

ICom - Sondagem do Comércio (Agosto/2017) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança do Comércio - ICom* caiu 1,0 ponto na comparação entre julho e agosto, passando de 83,4 para 82,4 pontos. Nesta comparação, o *Índice a Situação Atual - ISA* teve queda de 1,8 pontos atingindo 77,4 pontos. O *Índice de Expectativas - IE* recuou 0,3 pontos, atingindo 88,1 pontos.



Fonte: FGV

Causa

Apesar da queda no mês, alguns quesitos importantes apresentaram melhora, no que tange aos *fatores limitativos* para melhora nos negócios, houve melhora no fator *não há impedimento* que subiu 2,9 p.p. chegando a 18,6%. Também ocorreu melhora no indicador da *demanda insuficiente*, que com 33,5% das respostas, atingiu o menor valor desde fevereiro de 2015.

Consequência

Após o efeito da *liberação dos recursos do FGTS* e com a *crise política deflagrada* em meados de maio, o *setor do comércio* segue em ritmo lento, buscando sinalizadores de melhora.

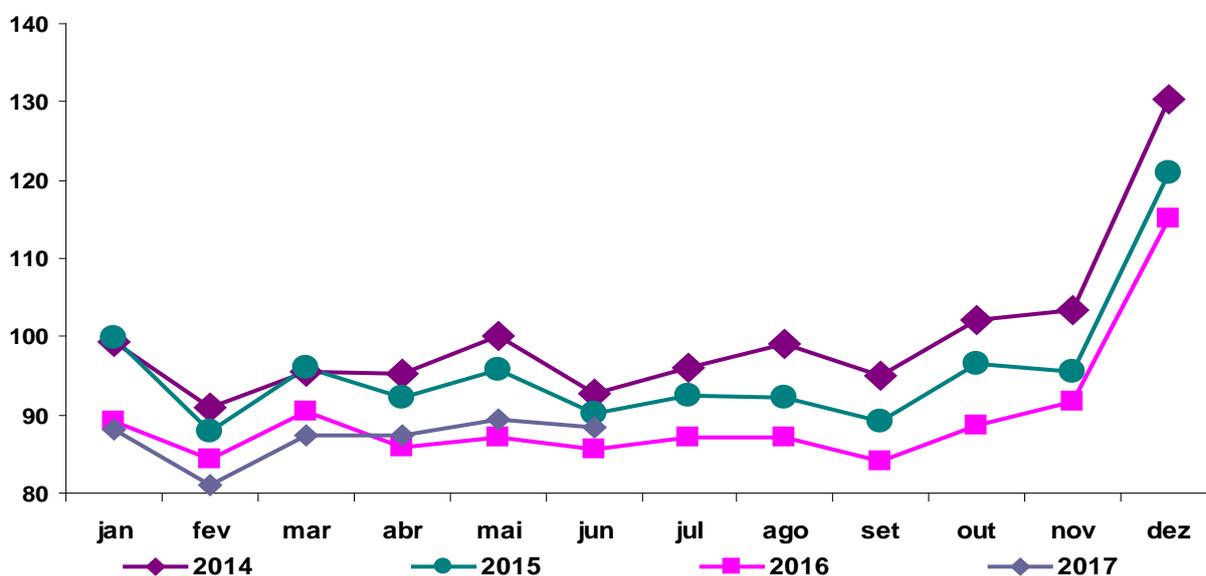
Atividade

Pesquisa Mensal do Comércio (Junho/2017) – IBGE

Fato

No mês de junho, o *volume de vendas do comércio varejista*, com *ajuste sazonal*, cresceu 1,2% em relação a maio. Nesta análise a *receita nominal* avançou 0,8%. Nas demais comparações, sem ajustamento, houve avanço no *volume de vendas* de 3,0% sobre junho de 2016, recuo de 0,1% no acumulado do ano e de 3,0% no acumulado dos últimos doze meses. A *receita nominal* obteve taxas positivas de 2,4% com relação à igual mês de 2016, 1,9% no acumulado no ano e 3,2% no acumulado em doze meses.

No *comércio varejista ampliado*, as variações para o *volume de vendas* foram: 2,5% no mês, 4,4% frente ao mesmo mês do ano anterior, 0,3% no acumulado em 2017 e negativos 4,1% no acumulado em doze meses. Para a *receita nominal*, houve avanço de 2,2% frente a maio, 3,5% frente a junho de 2017, 0,4% no acumulado em doze meses e 1,6% no acumulado do ano.



Fonte: IBGE

Índice de volume de vendas no comércio varejista (Número índice) Índice base fixa (2003=100)

Causa

No confronto com junho de 2016, todas as oito atividades tiveram variação positiva, por ordem de maior contribuição na formação da taxa global, os resultados foram os seguintes: *Móveis e eletrodomésticos*, 12,7%, *Tecidos, vestuário e calçados*, 4,6%, *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 4,3%, *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 0,8%, *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, 3,0%, *Combustíveis e lubrificantes* e 0,5%, *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação*, 5,1%, e *Livros, jornais, revistas e papelaria*, 1,2%. Considerando o comércio varejista ampliado, *Veículos, motos, partes e peças* cresceram 3,5% e *Material de Construção* 7,0%.

Consequência

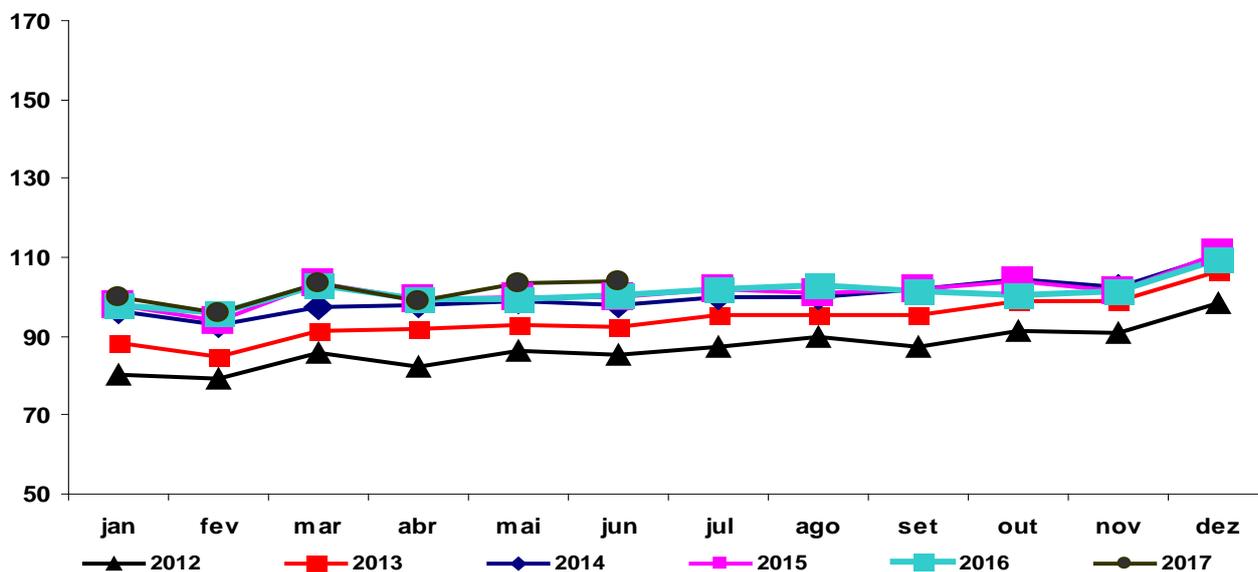
Apesar da recuperação o desempenho do *comércio varejista* ainda está em patamar baixo, sendo condicionado pelo *desaquecimento da atividade econômica*. O recuo também sofre os efeitos do menor ritmo do *crescimento do crédito* e do *comprometimento da renda das famílias*. Para o restante do ano, é esperada continuidade na recuperação, porém sem grande intensidade.

Atividade

Pesquisa Mensal de Serviços (Junho/2017) – IBGE

Fato

No mês de junho frente a maio, o *volume de vendas do setor de serviços* cresceu 1,3% e a *receita nominal dos serviços* 1,0%. Frente a igual mês do ano anterior a queda no *volume de vendas* foi de 3,0%. Nesta comparação a *receita nominal* cresceu 3,2%. No acumulado do ano o *volume de serviços* caiu 4,1%, e no acumulado em doze meses, o recuo foi de 4,7%. A *receita nominal* cresceu 1,6% no ano e 0,6% em doze meses.



Fonte: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

Causa

No confronto com maio de 2017, foram observados crescimentos em *Serviços Prestados às Famílias* e *Serviços Auxiliares dos Transportes e Correio* ambos com 1,0%, *Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares*, 0,8% e *Outros Serviços* 0,7%. O único recuo foi em *Serviços de Informação e Comunicação*, 0,2%. O agregado especial das *Atividades Turísticas* apresentou crescimento de 5,3%.

Consequência

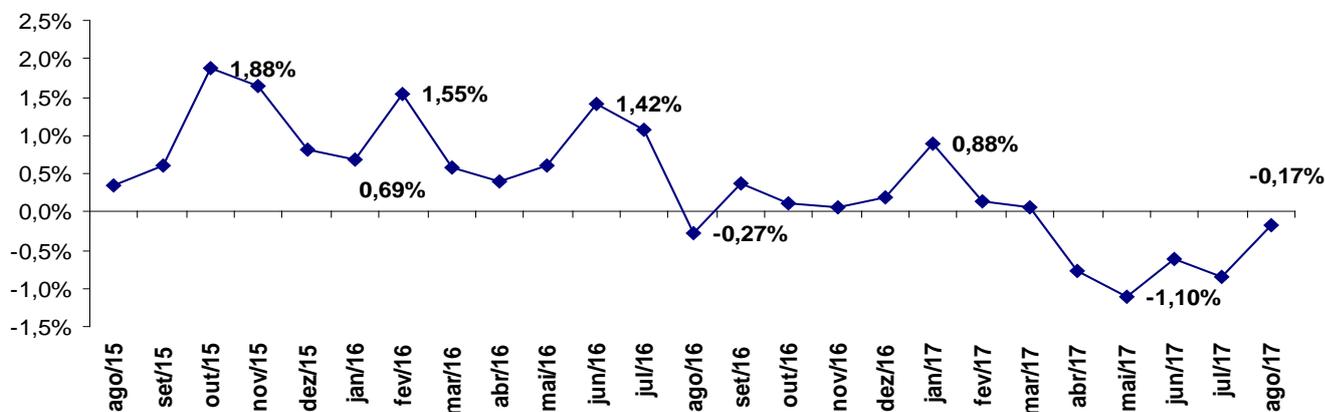
Apesar da recuperação que vem ocorrendo nos últimos três meses, o desempenho do *setor de serviços* segue fraco, sido condicionado pelo crescimento do *desemprego* e da *baixa atividade econômica*. Para os próximos períodos a expectativa é de continuidade na recuperação.

Inflação

IGP-10 (Agosto/2017) – FGV

Fato

O IGP-10 registrou variação de negativos 0,17% em agosto, em julho a variação foi de negativos 0,84%. No acumulado em doze meses o índice ficou em negativos 1,69%, e no ano negativos de 2,41%.



Fonte: FGV

Causa

No mês de agosto, dentre os componentes do **IGP**, o **IPA** apresentou variação de negativos 0,42%, em julho a variação havia sido de negativos 1,32%. Neste, houve recuo apenas nos *Bens Finais* 0,10 p.p., com variação negativa de 1,22%, com destaque para o subgrupo *alimentos processados*. As *Matérias-Primas Brutas* tiveram aceleração de 2,98 p.p. com variação de 0,72%, com destaque para *minério de ferro, laranja e mandioca*. Os *Bens Intermediários* registraram caíram 0,23 p.p. a menos do que no mês anterior, apresentando variação negativa de 0,51%, sendo o principal responsável pela menor queda os *combustíveis e lubrificantes para a produção*.

O **IPC** teve avanço de 0,51 p.p., com variação de 0,34%, com o grupo *Transportes* sendo o principal responsável pelo acréscimo, com destaque para *gasolina*. Também apresentaram acréscimo em sua taxa de variação os grupos *Habitação, Comunicação, Alimentação e Saúde e Cuidados Pessoais*. O **INCC** teve recuo, 0,35 p.p., o grupo *Materiais, Equipamentos e Serviços* apresentou a mesma variação do mês anterior e em *Mão de Obra* ocorreu recuo de 0,64 p.p.

Consequência

O **IGP-M** voltou a apresentar *deflação* pelo quinto mês consecutivo, fenômeno que se repete também nos valores acumulados, para os próximos períodos é de algum aquecimento, sem, contudo, ocorrer sobressaltos.

Inflação

IGP-M (Agosto/2017) – FGV

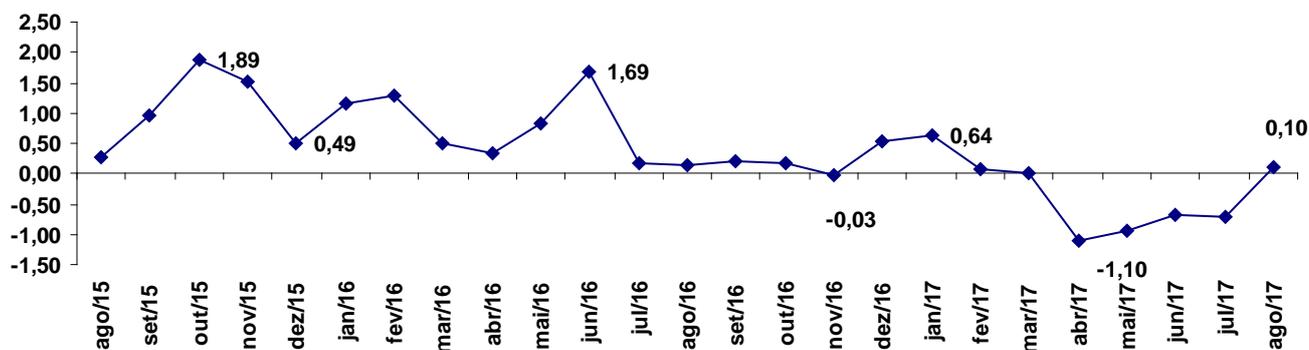
Fato

O **IGP-M** de agosto registrou variação de 0,10%, em julho a variação havia sido de negativos 0,72%. Em doze meses o acumulado é de negativos 1,71%, e no ano negativos de 2,56%.

Causa

Dos índices que compõe o **IGP-M**, o **IPA** apresentou variação de negativos 0,05%, com queda 1,11 p.p., menor do que no mês anterior. Dentre os componentes os *Bens Finais* tiveram variação de negativos 0,85%, em julho à variação havia sido de negativos 1,37%, tendo contribuído para a menor queda o subgrupo *combustíveis*. Os *Bens Intermediários* tiveram variação negativa de 0,08%, em julho à variação havia sido negativa de 0,76%, tendo contribuído para este movimento os *combustíveis e lubrificantes para a produção* e as *Matérias-Primas Brutas*, que em julho haviam tido variação nos preços de negativos 1,37%, em agosto apresentaram variação positiva de 1,04%, decorrente do aumento nos itens *minério de ferro, milho e laranja*.

O **IPC** teve aceleração de, 0,29 p.p., atingindo 0,33%. A principal influência para o aquecimento do índice partiu do grupo *Transportes*, consequência do item *gasolina*. Também contribuíram para este avanço, *Habitação, Saúde e Cuidados Pessoais, e Despesas Diversas*. Na composição do **INCC**, que acelerou 0,18 p.p., com avanço nos dois grupos componentes.



Fonte: FGV

Consequência

Mesmo com o pequeno avanço no mês, nos valores acumulados o **IGP-M** segue em patamares negativos, o que pode influenciar os preços no varejo, principalmente por meio dos contratos indexados a este índice.

Inflação

IGP-DI (Julho/2017) – FGV

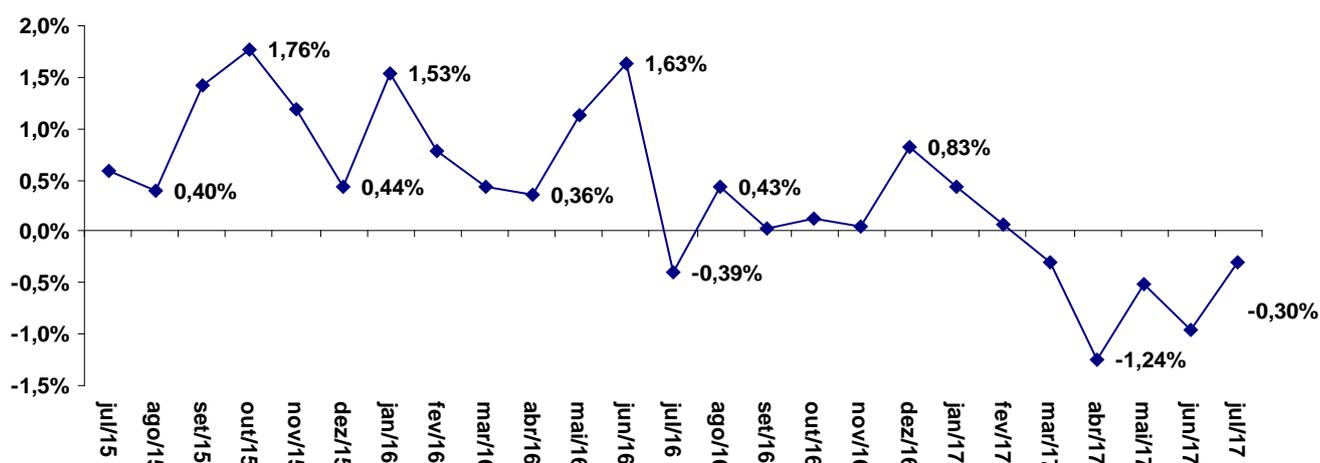
Fato

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (**IGP-DI**) registrou variação negativa de 0,30% em julho, no mês anterior a variação foi de negativos 0,96%. Nos últimos doze meses, o índice acumula queda de 1,42%, e no ano 2,87%.

Causa

No mês, o **IPA**, que possui a maior influência na composição do **IGP** (60%), apresentou variação negativa de 0,67%. Nesse índice as maiores contribuições para a queda partiram dos *Bens Finais*, que apresentaram variação negativa de 1,36%, com destaque para *alimentos in natura*. Os *Bens Intermediários* apresentaram variação negativa de 0,80% decorrente principalmente do *subgrupo materiais e componente para a manufatura*. Por outro lado, as *Matérias-Primas Brutas* registraram aquecimento de 4,02 p.p., com destaque no sentido ascendente para *minério de ferro, soja e mandioca*.

O **IPC** aumentou a taxa de variação em 0,70 p.p. frente ao mês anterior, sendo o principal avanço observado em *Habitação* com destaque para *tarifa de eletricidade residencial*, que ampliou a variação em 12,51 p.p., atingindo 5,95%. Também tiveram maior variação em julho *Transportes, Alimentação e Comunicação*. No **INCC**, houve desaceleração de 0,63 p.p., com avanços em *Materiais, Equipamentos e Serviços* e recuo em *Mão de Obra*.



Fonte: FGV

Consequência

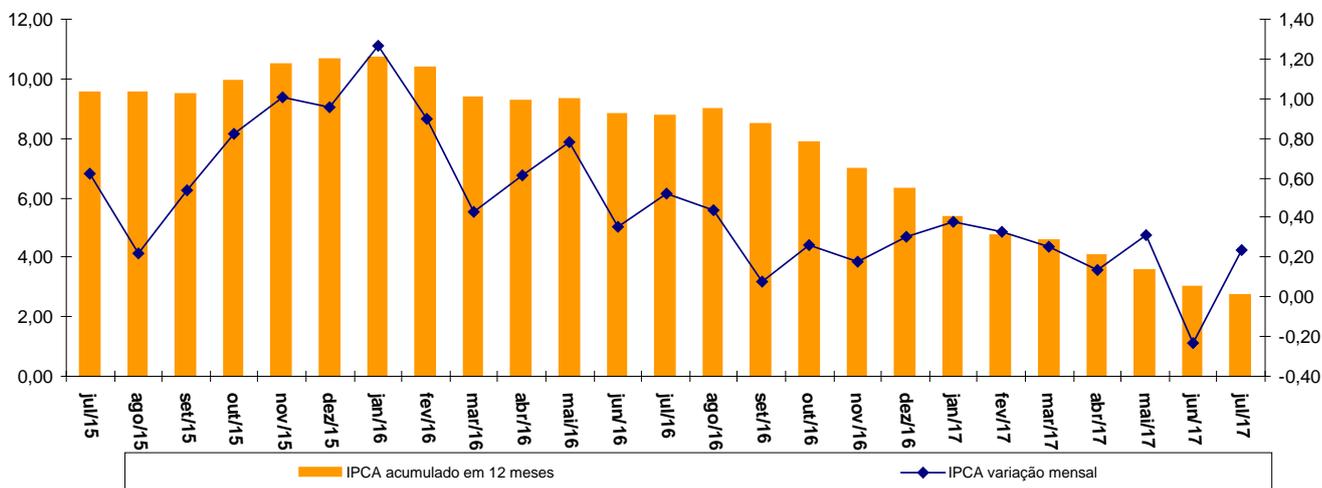
O IGP-DI apresentou variação negativa em julho, sendo que é o quinto resultado negativo consecutivo. Para os próximos meses a expectativa é de continuidade no processo de acomodação *inflacionária*, porém com menor *intensidade*.

Inflação

IPCA (Julho/2017) – IBGE

Fato

O **IPCA** variou 0,24% em julho, aumentando 0,47 p.p. com relação ao mês anterior. O índice acumulado em doze meses é de 2,71%, menor valor acumulado desde fevereiro de 1999. No ano, o acumulado ficou em 1,43%, bastante inferior ao acumulado no mesmo período do ano passado, 4,96%. Em **Curitiba** o índice aumentou 0,63 p.p., registrando variação de 0,49% em julho, 1,77% no ano e 2,44% em doze meses.



Fonte: IBGE

Causa

Os grupos que mais contribuíram para a *inflação* no mês foram os *Habitação* e *Transportes* que aumentaram 1,64% e 0,34%, respectivamente. O maior impacto individual veio de *energia elétrica*, com variação de 6,00%, devido à entrada em vigor da *bandeira tarifária amarela*, a partir de 01 de julho. No grupo *Transportes*, o destaque são os *combustíveis*, o litro do *etanol* ficou, em média, 0,73% mais caro e a *gasolina* variou 1,06%.

Consequência

Apesar do aumento no mês, nos valores acumulados (ano e doze meses), o **IPCA** segue apresentando arrefecimento, indicando que a *inflação* caminha para patamares mais baixos.

Inflação

IPCA - 15 (Agosto/2017) – IBGE

Fato

O **IPCA – 15** registrou variação de 0,35% em agosto, acelerando 0,53 p.p. com relação a julho. No ano e nos últimos doze meses os acumulados são de 1,79% e 2,68%, respectivamente. Em **Curitiba** a variação foi 0,57%, 0,58 p.p. acima do registrado no mês anterior. No acumulando no ano a variação foi de 2,10% e em doze meses 2,68%.

Causa

Os grupos *Transportes*, 1,35%, e *Habitação*, 1,01%, apresentaram os maiores impactos no índice do mês, 0,24 p.p e 0,15 p.p., respectivamente. No primeiro os *combustíveis* apresentaram a maior contribuição individual, 0,28 p.p. devido ao aumento na *gasolina* e no *etanol*. No grupo *Habitação* o destaque ficou por conta da *energia elétrica*, em razão da entrada em vigor da *bandeira tarifária vermelha*, a partir de 1º de agosto. Pelo lado das quedas o grupo *Alimentação e Bebidas* apresentou variação negativa de 0,65%, exercendo o maior impacto negativo, 0,16 p.p.

Consequência

O índice apresentou o segundo maior resultado do ano, porém os valores acumulados seguem bem inferiores ao dos anos anteriores, devendo retomar a trajetória nos próximos meses, porém sem grande intensidade.

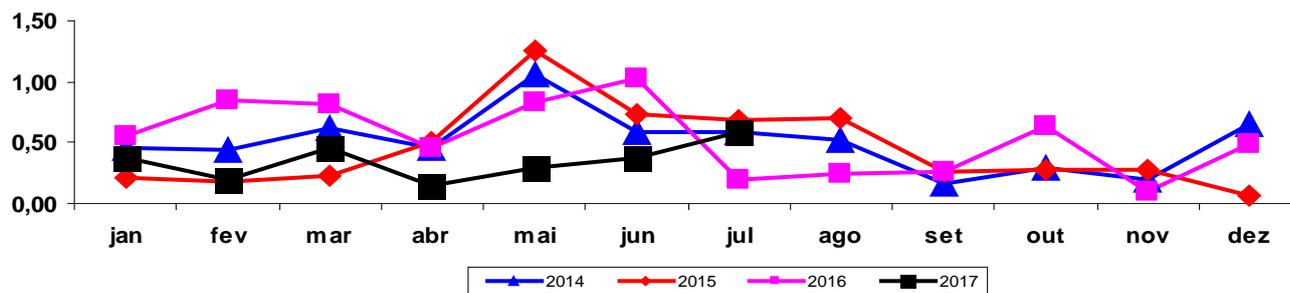
Inflação

Custos e Índices da Construção Civil (Julho/2017) – IBGE - Caixa Econômica Federal

Fato

O *Índice Nacional da Construção Civil* variou 0,58% em julho, 0,20 p.p. acima da variação de junho. Em doze meses, o acumulado é de 4,25%, superior ao registrado nos doze meses imediatamente anteriores 3,86%. O *custo nacional por metro quadrado* passou de R\$ 1.046,68 em junho, para R\$ 1.052,75 em julho, sendo R\$ 537,78 relativos aos *materiais* e R\$ 514,97 à *mão-de-obra*.

No **Estado do Paraná**, as variações foram de 1,70% no mês, 1,90% no ano e 6,49% em doze meses, e o *Custo Médio* atingiu R\$ 1.076,96.



Fonte: IBGE e CAIXA

Causa

Na composição do índice, a parcela dos *materiais* apresentou avanço de 0,28%, 0,39 p.p. acima do índice de junho. A componente *mão-de-obra* registrou variação de 0,90%, acelerando-se 0,12 p.p. em relação ao mês anterior. Nos últimos doze meses, os acumulados foram: 1,86% para *materiais* e 6,91% para *mão-de-obra*, e no ano: 1,25% e 3,82% para *materiais* e *mão-de-obra*, respectivamente. No mês as variações regionais foram: negativos 0,18% na Região Norte, 0,12% na Região Nordeste, 0,92% no Sudeste, 0,23% no Centro-Oeste, e 1,33% no Sul. Ainda na verificação regional, os custos foram os seguintes: R\$ 1.053,04 na Região Norte, R\$ 973,50 na Região Nordeste, R\$ 1.103,17 no Sudeste, R\$ 1.053,77 no Centro-Oeste e R\$ 1.097,55 no Sul.

Consequência

O *custo da construção civil* avançou frente ao mês anterior, principalmente em decorrência do reajuste salarial nos estados do Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul.

Inflação

IPP - Índices de Preço ao Produtor (Julho/2017) – IBGE

Fato

O **IPP** apresentou variação negativa de 0,99% em julho, ficando, portanto 0,79 p.p. inferior à variação do mês anterior, negativos 0,20%, e 0,42 p.p. menor do que a do mesmo mês do ano anterior. No acumulado em doze meses a variação foi de 1,11%, e no ano negativos de 1,27%.

Causa

No mês, dezoito das vinte e quatro atividades apresentaram variações negativas, as quedas mais expressivas foram em *perfumaria, sabões e produtos de limpeza, alimentos, fumo e indústrias extrativas*, e as maiores influências vieram de *alimentos, refino de petróleo e produtos de álcool, outros produtos químicos e metalurgia*.

Consequência

As variações do *índice de preços ao produtor* seguem em patamares inferiores às do ano anterior, acumulando variação negativa no índice acumulado em doze meses, indicando que a queda nos *preços do atacado* poderá influenciar negativamente os *preços do varejo*.

Operações de Crédito

Nota à Imprensa (Julho/2017) - BACEN

Fato

O total do estoque das *operações de crédito do sistema financeiro* atingiu R\$ 3.062 bilhões em julho, com retração de 0,6% no mês e de 1,7% em doze meses, atingindo 47,8% na *relação com o PIB*, 2,9 p.p. abaixo de julho de 2016.

Causa

Os *empréstimos contratados com recursos livres* atingiram R\$ 1.521 bilhões, apresentando redução de 0,7% no mês e de 2,1% em doze meses. Os *empréstimos realizados às pessoas físicas* cresceram 0,5%, com destaque para o aumento em *crédito consignado* e o *cartão à vista*. Nos *empréstimos realizados às pessoas jurídicas*, houve queda de 2,1%, principalmente em decorrência da redução na captação de *desconto de duplicata* e *recebíveis e capital de giro*.

No *crédito direcionado*, houve redução de 0,4% no mês, e de 1,3% em doze meses, totalizando R\$ 1.541 bilhões. As operações contratadas com *pessoas físicas* diminuíram 0,1% no mês, com queda de 2,8% no *crédito rural*, contrapondo crescimento de 0,7% no *crédito imobiliário*. O crédito para empresas ocorreu queda de 0,6%, refletindo contração das *operações com recursos do BNDES*.

As *taxas médias de juros* cresceram 0,2 p.p. no mês e diminuíram 4,0 p.p. em doze meses, atingindo 29% a.a. O *custo médio dos empréstimos para pessoas físicas* manteve-se estável no mês e recuou 5,6 p.p. em doze meses atingindo 36,5% a.a. Para as *empresas*, os *encargos médios* cresceram 0,3 p.p. no mês e recuaram 3,1 p.p. na comparação com o mesmo mês do ano anterior, situando-se em 19% a.a. Considerando apenas o crédito livre as taxa são 63,8% para pessoas físicas e 25,3% a.a. para empresas.

A taxa de *inadimplência da carteira de crédito referencial* manteve-se estável no mês e cresceu 0,2 p.p. em doze meses, situando-se em 3,8%. Na composição da *inadimplência*, 3,9% foi para *pessoas físicas* e 3,6% para *pessoas jurídicas*. Considerando o *crédito livre* a *inadimplência* permaneceu estável em 5,6%, enquanto no segmento *direcionado* houve crescimento de 0,1 p.p. chegando a 2,0%. O *spread bancário* situou-se em 21,5 p.p., registrando aumento de 0,5 p.p. no mês e queda de 1,6 p.p. em doze meses.

Consequência

A relação crédito *PIB* segue trajetória de recuo decorrente do elevado grau de *endividamento das famílias* e do desaquecimento da *atividade econômica*. Para os próximos meses ainda não é esperada recuperação.

Setor Externo

Nota à Imprensa (Julho/2017) - BACEN

Fato

Em julho, as *Transações Correntes* registraram *déficit* de US\$ 3,4 bilhões. As *reservas internacionais* totalizaram US\$ 381 bilhões e a *dívida externa* somou US\$ 306,1 bilhões, com redução de US\$ 8,2 bilhões com relação à posição apurada no mês de *março*.

Causa

No que tange ao *Saldo da Conta de Transações Correntes*, o acumulado nos últimos doze meses apresenta *déficit* de US\$ 13,8 bilhões, equivalente a 0,71% do PIB. Na *conta capital e financeira* as captações líquidas superaram as concessões líquidas em US\$ 3,0 bilhões, destacando-se no mês, os *investimentos diretos no país*, US\$ 4,1 bilhões, totalizando US\$ 84,5 bilhões.

A *conta de serviços* teve *déficit* de US\$ 3,0 bilhões no mês, 31% acima do mesmo mês de 2016, decorrente de elevação de 60,7% superiores às registradas no mesmo mês do ano anterior. As *despesas líquidas de renda primária* aumentaram 6,3%, alcançando US\$ 6,6 bilhões frente a julho de 2016. As *despesas líquidas com juros* alcançaram US\$ 4,5 bilhões e as *remessas líquidas de lucros e dividendos* totalizaram R\$ 2,1 bilhões.

A *movimentação das reservas*, durante o mês de janeiro foi consequência, principalmente, de *linhas de recompra*, *remuneração das reservas* e *variações por preços e paridades*. A *dívida externa de curto prazo* teve redução de US\$ 1,8 bilhão chegando à US\$ 259,9 bilhões enquanto o *endividamento de curto prazo* chegou a US\$ 46,2 bilhões, com redução de US\$ 6,3 bilhões.

Consequência

O *déficit em transações correntes* é consequência do saldo negativo na *balança de serviços* puxado principalmente pelas *remessas líquidas de renda*. Porém o mesmo vem sofrendo redução na comparação com os mesmos períodos do ano anterior.

Política Fiscal

Nota à Imprensa (Julho/2017) - BACEN

Fato

Em julho, o *setor público não financeiro* registrou *déficit* de R\$ 16,1 bilhões, no acumulado em doze meses o *déficit* é de R\$ 170,5 bilhões (2,66% do PIB). O *resultado nominal* teve *déficit* de R\$ 44,6 bilhões no mês, acumulando negativos R\$ 598,7 bilhões (9,35% do PIB), em doze meses. A *dívida líquida do setor público* alcançou R\$ 3.206,1 bilhões (50,1% do PIB). A *dívida bruta do governo geral* atingiu R\$ 4.722,1 bilhões (73,8% do PIB). O *montante dos juros apropriados* atingiu R\$ 28,5 bilhões, no mês e R\$ 428,2 bilhões no acumulado em doze meses (6,69% do PIB).

Causa

Na composição do *déficit primário* no mês, o *Governo Centra* e *os governos regionais* registraram *déficit* de R\$ 14 bilhões e R\$ 2,7 bilhões, respectivamente. *As empresas estatais* apresentaram resultado positivo de R\$ 491 milhões. Com relação aos *juros apropriados* em julho, houve queda de R\$ 3,0 bilhões em relação ao total apropriado em junho, e o *déficit nominal* foi principalmente financiado por expansão de R\$ 70,2 bilhões na *dívida mobiliária*, contrabalanceada por R\$ 19,5 bilhões na *dívida bancária líquida*.

Com relação à *Dívida Líquida do Setor Público* como percentual do PIB, houve elevação de 1,4 p.p., na comparação com o mês anterior. No ano, esta relação teve crescimento de 3,9 p.p. Contribuíram para a elevação, os *juros nominais apropriados*, o *déficit primário*, a *valorização cambial* e o *reconhecimento de dívidas*. Os efeitos do *crescimento do PIB nominal* e o *ajuste da cesta de moedas da dívida externa líquida* compensaram parcialmente estes valores.

Conseqüência

Os indicadores fiscais permanecem apresentando resultados desfavoráveis em decorrência do *desaquecimento econômico* e das *medidas de Política Fiscal* anteriormente adotadas, caberá ao governo um esforço muito grande para fechar o resultado dentro da *meta fiscal*.